



Anais da Assembléia

N.º 117

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 108.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1984

(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acyr Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE

Mensagem:

MENSAGEM 226/84

Curitiba, 01 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento do Departamento Estadual de Transporte Oficial, no valor de Cr\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros).

Os recursos em questão servirão para dar suporte a despesas com material de consumo e serviços de terceiros e encargos, tendo como cobertura recursos da própria entidade, conforme disposto no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Certo de poder contar uma vez mais com esta Colenda Casa, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N.º 302/84

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional no valor de Cr\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros), destinados a cobrir despesas com outros custeios, alterando o vigente orçamento do Departamento Estadual de Transporte Oficial — DETO.

Art. 2.º — Servirão como cobertura para o Crédito de que trata o artigo anterior, recursos oriundos da própria entidade, conforme o disposto no § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

Ofício n.º 120/84/G/1.ª Sec.

Curitiba, 07 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Interpelado em plenário sobre possível complacência da Mesa em distribuição de valores não devidamente ajustado a moral e como co-responsável pelas questões administrativas e financeiras deste Poder, venho informar a Vossa Excelência e a este douto Plenário, que não procedem as acusações do nobre Deputado Roberto Requião, pelas razões aqui relacionadas:

1. A Mesa não deliberou sobre a matéria objeto da denúncia;
2. Não recebeu nenhuma solicitação oficial sobre pagamento de gratificações a funcionários que tivessem prestado serviços à Comissão de Orçamento;
3. Não autorizou esta Primeira Secretaria, constituição de Grupo de Trabalho, e muito menos pagamento de qualquer gratificação.

No que nos cabe, Sr. Presidente, não temos como atender às exigências do nobre Deputado, e não há atitude a tomar, por falta de absoluta consistência na denúncia.

Sem outro particular para o momento, externo a Vossa Excelência protestos de alta estima e real apreço.

(a) GERNOTE KIRINUS

Primeiro Secretário

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após aprovação do douto Plenário, seja apreciado em Regime de Urgência o Projeto de Lei n.º 222/84, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n.º 175/84, de 30 de agosto de 1984, que autoriza a concessão de gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e Procuradores junto ao mesmo Tribunal, bem como sua inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor JACOB BRANDALIZE NETO, ocorrido no dia 04 próximo passado, na cidade de Curitiba-Paraná.

Solicita, outrossim, após sua aprovação, seja dado ciência à família enlutada, nesta cidade à Rua Piquiri, 992.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

JACOB BRANDALIZE NETO, foi um dos pioneiros no Município de Assaí, lá iniciando sua atividade como dentista. Ao longo dos anos foi muito admirado e querido por todos.

Ao registrar seu falecimento, queremos deixar o testemunho de que homens como ele são exemplos para os que ficam e para as gerações de amanhã.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após aprovação do douto Plenário, seja consignado nos Anais deste Poder, um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor IRINEU BERTANI, nosso ex-correligionário da cidade de Pato Branco.

Requerem, ainda, que da decisão do Plenário sejam notificados os familiares enlutados.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(aa) ORLANDO PESSUTI e

NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor IRINEU BERTANI, prematuramente retirado do nosso convívio, residia há 35 anos em Pato Branco.

Emérito líder comunitário, foi fundador e primeiro Presidente da Cooperativa Agropecuária de Pato Branco. Em suas atividades profissionais iniciou a primeira indústria de selas do Sudoeste do Paraná, mas acima de tudo foi amigo dos seus amigos, grande esposo e pai.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALCIDES DE MATOS, ocorrido sábado próximo passado, na cidade de Mirante do Paranapanema.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja levado ao conhecimento dos familiares, aos cuidados do Senhor João Batista Pereira, na cidade de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão plenária de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Anísio Saboia, ocorrido dia 1º de novembro, próximo passado, deixando viúva a Senhora América de Oliveira Saboia e 4 filhos: Aláide, casada com o Sr. Celso Gricoleti; Alizete, casada com o Sr. Israel F. Santos; Aliete Saboia e Anísio Saboia Jr; ambos solteiros.

O extinto foi Prefeito Municipal de Sabáudia em 1959, exerceu posteriormente a Chefia do Distrito Sanitário de Londrina, Apucarana e Paranaguá. Aposentou-se como Assessor de

Gabinete da Diretoria Geral da S.E.S.B.

Dr. Anísio, excelente pessoa humana, procurou sempre usar a medicina para aliviar o sofrimento do próximo, sem usufruir lucros ou vantagens, morreu modestamente como viveu.

REQUER, também, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua Mariano Torres, 468, ap. 1, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações pelo transcurso no dia 12/11/84, do 16º Aniversário do Município de Pérola, Estado do Paraná.

Outrossim, solicita que a deliberação deste Plenário seja levada ao conhecimento de Suas Excelências os Senhores: Prefeito Municipal de Pérola, Gentil Scalco; e, Presidente da Câmara Municipal de Pérola, Omeri Borges.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo senhor Secretário de Estado das Finanças, a fim de que seja concedida a dilação do prazo para pagamento de I.C.M., referente às vendas de dezembro.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Estou recebendo ofício da ACIM-Associação Comercial e Industrial de Maringá e CACINOR-Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Norte e Noroeste do Paraná que expõe com muita propriedade e fato, o que segue:

Avizinha-se o final do ano, época esta que possibilita um reaquecimento do comércio, em virtude da tradição marcada pela data magna da cristandade, o Natal.

É do profundo conhecimento a enorme crise econômico-financeira por que passa o nosso País, mormente este que faz com que consumidor prefira sempre comprar as mercadorias a prazo, por lhe ser impossível a aquisição à vista, em razão do elevado custo das mesmas.

Por consequência, dezembro é o mês que mais se vende no comércio, porém, só o conseguem as empresas que oferecem prazos como atrativo principal, e, em razão disto, pouco dinheiro e muitos papéis geram pela contabilidade das empresas, uma vez que negociar estes papéis com instituições financeiras é no momento impraticável, face ao alto custo do dinheiro.

Pelas razões expostas, vimos solicitar uma "DILAÇÃO DE PRAZO PARA PAGAMENTO DO I.C.M., FATO GERADOR MÊS DE DEZEMBRO, VENCIMENTO MÊS DE JANEIRO, a exemplo do que já foi concedido em anos anteriores, conforme as Instruções SEFI nºs 544/76, 594/77 e 722/81.

Essa Coordenadoria, no escopo de bem entender os anseios de suas congregadas, que refletem o apelo de milhares de filiados é, preocupada em evitar que ocorra a inadimplência do principal imposto estadual, REQUER e almeja que o presente pedido encontre guarida, possibilitando assim o bem-estar de todos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no intuito de que sejam destinados móveis e utensílios para o reequipamento geral da Escola de Aplicação Professor Nuno de Souza e Silva, localizada na Municipalidade de Peabiru.

Neste ano, precisamente no mês de junho, dia 26, aprovado nesta Assembléia Legislativa, requerimento de autoria do Deputado que abaixo subscreve, dirigido à EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, objetivando a realização de obras de conclusão das instalações da Escola de Aplicação Professor Nuno de Souza e Silva. Imediatamente, após o mencionado pedido, foi dado início à conclusão do referido prédio daquele estabelecimento de ensino; atendendo especialmente preocupação manifestada pelo Excelentíssimo Senhor Olávio Silva Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e do Excelentíssimo Senhor Doutor João Carlos Klein, Vice-Prefeito Municipal.

Neste sentido, após a conclusão das instalações, que aliás comprovam o reconhecimento do Governo do Estado com relação à importância daquela escola para o meio educacional daquela cidade; se faz necessário o reequipamento geral, possível desde que essa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação destinem móveis e utensílios de acordo com características do imóvel assim como de sua própria necessidade como instrumento de aprendizado.

O motivo de tal reivindicação é o mesmo que dizia respeito à conclusão das obras: a ausência de recursos financeiros para tal. Ademais, os materiais devem ser liberados o mais breve possível visto que se pretende a inauguração da Escola de Aplicação ainda no decorrer deste ano, conforme afirma o Ilustríssimo Senhor Professor José Bardini Netto, Inspetor Estadual de Educação, pessoa esta que está desenvolvendo todos os esforços no sentido da imediata abertura daquele educandário, com todas as condições de funcionamento.

Eis pois, a exposição de motivos referente ao setor educacional de Peabiru, que seguramente merecerá a necessária atenção, tendo em vista sua inquestionável importância para a população daquela progressista cidade.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA - Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, visando a implantação de micropoço no Distrito Administrativo de Alto São João, pertencente à Municipalidade de Roncador.

Nos dias de hoje, as condições com as quais a população daquele progressista Distrito vivenciam em termos de água tanto para uso doméstico e higiene assim como para o consumo, deixam muito a desejar. Ademais, só existe na localidade de Alto São João um pequeno poço, que, em precárias condições é ainda insuficiente para que todo o conjunto do povo possa do mesmo usufruí-lo.

Como fato que bem comprova a real necessidade da implantação de um micropoço, refere-se à própria SUREHMA quando, recentemente, pôs em execução os trabalhos de perfuração de um micropoço; que no entanto após atingir uma profundidade de mais de 100 metros, não se encontrou água. Daí em diante os trabalhos foram suspensos, não se tendo momentaneamente qualquer comunicado quando do reinício das referidas obras ou a perfuração (o que parece mais lógico) de outro micropoço.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Joaquim Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Roncador, de acordo com ofício remetido ao Deputado que abaixo subscreve, manifesta não somente em nome dos demais integrantes daquele Poder Legislativo, mas da população de Alto São João, a preocupação quanto ao problema atualmente existente (neste requerimento relatado) e principalmente solicita a adoção de medidas que tenham por objetivo fundamental proporcionar à população daquela localidade, um sistema de distribuição de água condizente com as necessidades básicas, só possível com a implantação de um micropoço.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores JOSÉ RICHIA, Digníssimo Governador do Estado, LUIZ FELIPE HAJ MUSSI e JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, Digníssimos Secretários de Segurança Pública e de Administração, sugerindo-lhes que sejam destinados, para auxiliar os serviços das Delegacias de Polícia dos Distritos Judiciários que não sejam sede de Comarcas, onde foram lotados os Assistentes de Segurança Pública, número correspondente de cargos celetistas.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo aos reclamos dos municípios considerados Distritos Judiciários, que não sejam sede de Comarcas, o Senhor Governador houve por bem encaminhar a esta Casa a Mensagem n.º 89/84, criando cargos comissionados de Assistente de Segurança Pública que se faziam necessários.

Todavia, as Delegacias de Polícia Distritais necessitam de um Auxiliar que permaneça no local para atendimento dos serviços burocráticos. A pretensão parece-nos justa e viável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Simeão Rodrigues, Secretário da Indústria e Comércio, solicitando que seja enviado apoio ao Senhor José Cerrano Rodrigues, para que o mesmo consiga instalar uma micro-indústria de Cofres na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja

enviado expediente ao Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, Sr. Walter Donini, solicitando do mesmo providências no sentido da instalação de um Armazém Frigorífico em Maringá.

Aquele município do Norte paranaense, pólo de desenvolvimento de toda uma região de nosso Estado, sente a falta de uma unidade armazenadora com as características solicitadas. O atendimento desta sentida reivindicação, virá de encontro às necessidades de Maringá e se soma à política de ampliação das unidades de armazenamento que esta empresa vem implementando.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando da mesma providências no sentido da instalação de um telefone na Inspeção Estadual de Ensino de Lobato.

A medida vem de encontro a uma necessidade daquele município e permitirá uma melhoria sensível dos serviços da referida unidade da Secretaria de Educação.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficiado à Superintendência Regional do Banco do Brasil no Paraná, no sentido de solicitar a transformação do Posto de Serviço do Banco do Brasil, no Município de Salto do Itararé, em Agência.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Município de Iguaçu tem se caracterizado pelo seu crescimento e intenso desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo em que amplia a sua produção, a circulação de riquezas e a contribuição para o progresso de nosso Estado, aquele município do Norte paranaense sente a falta de uma agência do BANESTADO, onde possam mobilizar os recursos que lá se concentram.

Tendo em conta tal carência, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado das Finanças, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, solicitando do mesmo providências no sentido da implantação de uma agência do Banco do Estado do Paraná, naquele município.

Desde a sua criação, o BANESTADO tem marcado a sua presença lado a lado com o progresso e o desenvolvimento. O atendimento de nossa solicitação, sentida reivindicação da gente de Iguaçu, não só responderá a uma necessidade do atual estágio de crescimento do município, como também passará a contribuir decisivamente para um incremento ainda maior de seu desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado das Finanças, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, solicitando do mesmo providências no sentido de instalação de um telefone na Agência de Rendas do Município de Lobato.

A medida irá de encontro a uma notória necessidade do referido município e contribuirá para uma melhoria sensível dos serviços daquela unidade arrecadadora do Estado.

Temos a certeza de que o atendimento de nossa solicitação não só será muito bem recebida pela população de Lobato, como também se somará ao processo de modernização administrativa que vem sendo implementado por esta Secretaria.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A grave crise econômica que afeta o País, com a recessão não cedendo terreno, o arrocho salarial esmagando o poder aquisitivo da população e o recrudescimento da inflação, ampliam ainda mais as dificuldades do comércio varejista, principalmente das pequenas e médias empresas.

O período natalino, que chega com o final do ano, propicia a possibilidade de um reaquecimento do comércio. Porém face às dificuldades financeiras porque passam, os consumidores preferem sempre comprar a prazo.

A Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Norte e Noroeste do Paraná - CACINOR, que congrega 13 Associações Comerciais e Industriais da região - entre elas a Associação Comercial e Industrial de Maringá, está solicitando da Secretaria das Finanças uma DILAÇÃO DE PRAZO PARA PAGAMENTO DO ICM, FATOR GERADOR MÊS DE DEZEMBRO, VENCIMENTO MÊS DE JANEIRO. A medida não é nova, tendo sido já concedida em anos anteriores, conforme as Instruções SEFI números 544/76, 594/77 e 722/81. Por outro lado, é evidente os benefícios que a mesma trará ao nosso empresariado.

Assim sendo, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado das Finanças, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, solicitando do mesmo providências no sentido de viabilizar o atendimento desta reivindicação dos empresários do comércio do Norte e Noroeste Paranaense.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente à Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, enfatizando a necessidade de desenvolver estudos que visem a estadualização dos cursos de Agrimensura e Edificações no Colégio Parigot de Souza, Ensino de Segundo Grau, na cidade de Loanda, Paraná.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Anexamos ao presente o Ofício número 490/84, da Prefeitura Municipal de Loanda, onde o Sr. Prefeito Municipal demonstra a necessidade da estadualização dos referidos cursos na Escola Parigot de Souza, Ensino de Segundo Grau.

Em face da grande crise econômico-social que vive a população do nosso Estado, e muito particularmente a população do Extremo Noroeste paranaense, a estadualização destes cursos virá propiciar a inúmeros estudantes oriundos de família de baixa renda, a possibilidade de dar continuidade a seus estudos.

Mister se faz salientar que os municípios que oferecem ensino de nível superior (Maringá e Paranavai), distam a muitos quilômetros de Loanda.

Diante do exposto, encarecemos de Vossa Excelência todo o empenho possível para tornar realidade essa justa e antiga aspiração da classe estudantil do Extremo Noroeste paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de ser atribuído ao laureado escritor paranaense, Ladislau Romanowski, pensão especial através da Administração Geral do Estado.

Tal apelo se faz tendo em vista que o preclaro escritor paranaense, atualmente com 82 anos, não possui uma aposentadoria condigna que possa prover seu próprio sustento e o de sua família. Justo, portanto, que o Estado supra-o nesta fase de sua vida, com uma pensão especial, para que a sua existência, que sempre foi voltada para difusão da cultura em nossa sociedade e que em várias ocasiões por meio de suas obras elevou o nome do nosso Paraná, permita-lhe continuar a escrever sem a preocupação da sobrevivência, como vem ocorrendo, que para manter-se e a sua esposa, já com idade avançada, necessita vender seus livros.

Ladislau Romanowski, paranaense nascido em Mallet, em 1902, foi laureado pela Academia Brasileira de Letras, pela Academia Internacional de Lutece - Paris, com a comenda "Carlos Gomes", da Sociedade Brasileira de Arte, Cultura e Ensino de Campinas - São Paulo, pertencendo ainda, como integrante da Associação "The Polis Institute of Arts and Science of America de New York - USA, da Academia Literária "José de Alencar", Academia Paranaense de Letras, Clube do Brasil e Centro de Letras do Paraná.

O seu currículo é dos mais ilustres, elevando sempre, nas letras, o nome do Paraná, não só no cenário nacional como internacional, motivo pelo qual dos mais justos e nobres seria o Poder Público prover-lhe, através de uma pensão vitalícia, que sugerimos no valor de cinco salários mínimos, para que o mesmo continue a difundir com sua capacidade literária, a cultura para o nosso povo.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, seja enviado expediente à Câmara dos Deputados, solicitando rápida tramitação do Projeto de Lei do Deputado Darci Passos, que acrescenta dispositivo ao Art. 589, da Consolidação das

Leis do Trabalho, para destinar parcela de contribuição sindical às Associações e Departamentos de Aposentados.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

As Associações de Aposentados congregam aqueles que já contribuíram com seu quinhão de trabalho para o desenvolvimento da Nação.

As Associações de Aposentados precisam deixar de ser um objeto de assistência social, assumindo sua real representatividade de classe, a fim de que, fortalecidas, sejam instrumentos de defesa dos interesses da classe de pessoas que já não podem mais dar a sua força de trabalho, mas nem por isso devem ser desconsideradas com a dignidade de criatura humana e com os recursos que o Estado tem a obrigação de lhes alcançar para que possam terminar suas vidas com dignidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando da mesma providências no sentido da criação do ensino supletivo de primeiro grau, na Escola Unidade Pólo de Jandaia do Sul.

A grande quantidade de pessoas que desejam estudar e, desta forma, ampliar os seus conhecimentos, sua capacidade de trabalho e as suas possibilidades de progresso e desenvolvimento, choca-se com a carência de escolas. Nossa solicitação busca ir de encontro a uma sentida reivindicação da população do Município de Jandaia do Sul, principalmente de sua camada mais jovem.

Não temos dúvidas de que a implantação da referida medida, será muito bem recebida, não só por atender aos anseios da gente daquele município do Norte paranaense, como também se inserir entre as metas prioritárias do Governo José Richa.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, objetivando a destinação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na construção de um ginásio de esportes na municipalidade de Barbosa Ferraz.

De iniciativa do Excelentíssimo Sr. Arnaldo Conegliam, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, este afirma ser da maior importância a construção de um ginásio de esportes naquela cidade. Primeiramente pelo fato que, em Barbosa Ferraz, a comunidade está privada de poder praticar esportes, exatamente por não dispor de um local para uso público, sobrando-lhe somente as quadras esportivas de caráter particular, como clubes recreativos, estabelecimentos de ensino e outros.

Aliás, a construção de um ginásio de esportes permitirá que o esporte de Barbosa Ferraz possa crescer ainda mais, especialmente pelo fato de que um maior número de pessoas desenvolverá as modalidades existentes, e diversas competições

poderão se realizar, tanto a nível local, envolvendo a comunidade de um modo geral, como dos selecionados de Barbosa Ferraz, em disputas com outras equipes das demais cidades.

O apoio dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, se faz necessário, uma vez que a Administração Municipal não dispõe de recursos orçamentários capazes de assegurar o custeio de toda a obra.

Por certo de que a pretendida reivindicação do Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, que também é de grande parte da comunidade, notadamente da juventude desportiva, merecerá a atenção devida por parte dessa Pasta.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Diretor do DSTC - Departamento de Serviços de Transporte Comercial, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de avaliar as reais possibilidades de se implantar uma linha de ônibus semi-urbana entre as municipalidades de Campo Mourão - Peabiru.

Entre Campo Mourão e Peabiru pela PR-317, a distância é de apenas 12 quilômetros. Essa pouca distância é que serve como ligação de duas importantes cidades da região Centro-Oeste do Estado.

No que diz respeito ao transporte coletivo de passageiros atualmente existente não é compatível com as reais necessidades dos seus usuários, contrariando o próprio porte de Peabiru e Campo Mourão, pois os horários disponíveis são poucos, praticamente resumindo-se em um horário bem cedo, na parte da manhã; outro ao meio-dia, restando para o período da tarde mais dois horários; verificando-se a mesma condição no período noturno. Essa carência de horários é, sem dúvida, altamente prejudicial, tendo em vista que é grande o número de pessoas que necessitam dos serviços oferecidos pela empresa que atende a região e que, por muitas vezes, por um pouco de atraso, ou mesmo numa emergência, perdem o ônibus de determinado horário, restando-lhe a espera por várias horas de outro horário. Aliado ao problema de horários, existe também o serviço prestado, que deixa muito a desejar, sendo esse fator motivo de inúmeras queixas por parte da população peabiruense como mourãoense.

Os reclamos aumentam a todo momento, e a Prefeitura Municipal é que tem sido cobrada por tão lamentáveis situações. Sensibilizado com a justa preocupação e até mesmo irritação dos usuários, o Prefeito Municipal de Peabiru, Excelentíssimo Sr. Nelson Proença, está reivindicando que esse Departamento determine a realização de estudos no sentido de avaliar, o mais urgente possível, as condições de se implantar uma linha de ônibus semi-urbana entre aquela cidade a Campo Mourão.

A justificativa apresentada pelo Prefeito, levando-se em conta as reivindicações por parte dos usuários, é a de que somente com a implantação daquele tipo de linha é que se porá fim aos problemas.

A implantação da referida linha semi-urbana permitirá, de imediato, se ter à disposição dos usuários, horários novos, eliminando problemas da falta dos mesmos. Grande número de pessoas será beneficiado, pelo fato que diversas destas residem em Peabiru, tendo no entanto vínculos empregatícios em Campo Mourão, ou mesmo desenvolverem estudos escolares.

É de capital importância que sejam determinadas avaliações no sentido de se colocar em prática o que ora é proposto, dado ao seu inquestionável interesse.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTI

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja destinado um congelador para o Colégio Estadual Dom Bosco - Ensino de 1.º e 2.º Grau, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

De iniciativa da Ilustríssima Senhora Diretora daquele importante estabelecimento educacional, Neusa Resende Rieling, esta afirma ser de fundamental importância que essa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação destinem um congelador para uso geral.

Fora de qualquer dúvida que a presente reivindicação é perfeitamente justa, tendo em vista que com a doação do referido congelador, será possível oferecer aos estudantes uma merenda mais sadia que pretende ser servida brevemente, permitindo a melhor conservação de alimentos destinados para tal finalidade.

Ademais, um congelador poderá ser utilizado na realização de festas que constantemente são realizadas, cujo objetivo sempre foi o de arrecadar dinheiro que posteriormente viria a ser aplicado como auxílio na própria manutenção daquele Colégio, ou na melhoria que por muitas vezes se faz necessária.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor LUIZ CORDONI JÚNIOR, DD. Secretário de Estado da Saúde, bem como ao Excelentíssimo Senhor ELIO JOÃO VENTURA, DD. Coordenador Regional da SUDEP - PR, enfatizando a necessidade de apurar, mediante fiscalização, a comercialização de peixe desenvolvida por diversos comerciantes no Município de PORTO RICO.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Necessária e imediata se faz uma apuração rigorosa da comercialização de peixe no Município de Porto Rico, uma vez que diversos comerciantes que exploram esta atividade, realizam suas transações comerciais infringindo desde as mais elementares normas legais de saúde, sem as mínimas condições de higiene, pondo em risco a saúde de toda a comunidade do município. Cabe salientar que há poucos dias, através de uma forte pressão por parte das autoridades municipais e principalmente da comunidade, foram enterrados aproximadamente 5.000 quilos de peixe deteriorado, que exalava

violento mau cheiro no centro da cidade.

Na oportunidade, esclarecemos que não somos contra a comercialização de peixes nesse município, pois a mesma vem contribuindo de maneira relevante no combate ao desemprego, mas é necessário que esta atividade comercial seja desenvolvida desde que obedeça critérios mínimos de saúde e higiene, de forma que se possa oferecer ao consumidor, um produto de qualidade indubitável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, que envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Cordoni Júnior, Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando liberação de medicamento para as escolas municipais e estaduais, dos seguintes municípios: Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Mamborê, Mariluz, Moreira Salles, Nova Cantu, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador, Terra Boa e Ubiratã.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, tem por finalidade dar um pronto atendimento aos alunos carentes das respectivas escolas, pois, quando um aluno passa mal na sala de aula, os professores não têm as mínimas condições de socorrê-los, havendo assim a necessidade, de liberar os seguintes medicamentos para pequenos socorros: melhora infantil, sonrisal, colírio, AS, medicamentos gerais para curativos e analgésicos em geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, a íntegra do discurso proferido pelo futuro Presidente do Brasil, TANGREDO NEVES, sob o título "RETOMAR O DESENVOLVIMENTO", por ocasião da homenagem que lhe foi prestada, no Hotel Glória, Rio de Janeiro, por mais de 1500 empresários de todos os setores do Brasil.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 307/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Nas repartições públicas da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações mantidas pelo Estado, em que trabalharem pelo menos 20 (vinte) mulheres, deverá ter o local apropriado onde seja permitido às servidoras guardar sob vigilância e assistência os seus filhos com idade de até 5 (cinco) anos completos.

§ 1º - A exigência contida neste artigo poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas diretamente pelo Estado, ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas, em regime comunitário ou a cargo de associações de servidores públicos.

§ 2º - O Estado providenciará no cumprimento da exigência constante nesta lei sempre que em uma localidade, bairro

ou distrito seja atingido o número mínimo de servidores referido no "caput" deste artigo.

§ 3º - Os programas assistenciais desenvolvidos pelo Estado nesta área deverão contemplar igualmente o programa estabelecido nos prédios públicos do sistema estadual de ensino e em unidades da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social.

§ 4º - O remanejamento e treinamento de servidores públicos estaduais atenderá, prioritariamente, aos objetivos preconizados nesta lei.

Art. 2º - O Poder Executivo poderá realizar convênios com Prefeituras Municipais, entidades assistenciais, associações de servidores públicos e empresas privadas, mediante cooperações de servidores públicos e empresas privadas, mediante cooperação mútua e observado o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quando for o caso, para ampliação deste atendimento a toda a comunidade estadual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Decreto específico disporá sobre a forma de habilitação das empresas e entidades assistenciais interessadas em realizar convênios com o Estado.

Art. 3º - O Estado poderá destinar, mediante lei especial, a parcela a ele pertencente no produto da arrecadação de multas, não vinculada a outra atividade, a Fundo Especial, como forma de prover recursos para a ampliação das atividades assistenciais previstas nesta lei.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, à exceção das que já atribuem vantagens às lactantes e outras sobre a proteção à maternidade e à infância.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1985.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

Apoiamento: Nilso Sguarezi, Dirceu Manfrinato, Orlando Pessuti e Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

Até a presente data, carece o Estado de legislação disciplinadora da matéria em tela, daí resultando, na prática, em falta de assistência à maternidade e infância, em especial aos filhos de servidoras públicas.

Cumprir registrar, igualmente, que no artigo 389, parágrafos 1º e 2º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) existe a obrigatoriedade de empresas privadas de proporcionarem o benefício das creches às suas empregadas. O ente público criou a obrigação para as empresas privadas, e todavia permanece omissa, em nosso Estado, quanto a esta necessária proteção à infância, em razão da falta de regulamentação.

Assim sendo, o presente projeto cuida em seu artigo 1º, de suprir esta deficiência, ao reproduzir esta exigência de "obrigatoriedade de criação de creches em repartições públicas", seguindo na esteira dos princípios estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em condições semelhantes, para que o Estado não se negue a fazer aquilo que exige, por lei, seja cumprido pelo setor privado.

Com esta providência, espera-se a expansão deste tipo de atendimento, ora restrito de forma privilegiada a poucos funcionários - a exemplo da creche instalada para funcionários do Poder Judiciário - ao universo de servidores públicos com a implantação de forma gradativa. O parágrafo 3º do artigo 1º dá preferência para instalação de creches em estabelecimentos escolares e unidades da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, visando o melhor aproveitamento

de sua infra-estrutura, assim como cria preferência nos programas de treinamento no § 4º.

Da mesma forma, o projeto prevê a realização de convênios com outras entidades públicas e privadas, propiciando-se assim, a universalização dos serviços, inclusive com ressarcimento de despesas, quando couber, e com amparo da legislação federal mencionada.

Finalmente, esperamos, com tal providência, não apenas suprir deficiências de legislação, mas ensejar o efetivo atendimento à fundamental obrigação de proteção à maternidade e à infância, tão reclamada por mulheres que se dispõem a trabalhar em estabelecimentos públicos ou privados.

PROJETO DE LEI Nº 308/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam concedidos os Títulos de Cidadão Honorário do Paraná à Senhora ETY G. FORTE e ao arquiteto LUIZ FORTE NETTO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Osvaldo Alencar Furtado e Trajano Bastos.

JUSTIFICATIVA:

ETY G. FORTE

Certo dia, esta paulista nascida a 8 de dezembro de 1938, em São Paulo, recém-chegada ao Paraná, foi convidada para assumir a Presidência da Associação Raul Carneiro, mantenedora do Hospital de Crianças César Pernetta. Como ela mesmo declarou, em recente entrevista ao jornal "O Estado do Paraná": "Pus uma roupa de briga e assumi a briga até hoje".

De fato, falar de Ety Forte e não falar de seu trabalho de 20 anos na Associação Raul Carneiro, é absolutamente impossível. A garra, a abnegação e o elevado espírito de fraternidade são a marca indissociável desta paranaense de alma e coração. A sua obra, construída lado a lado com o Doutor Ivan Beira Fontoura, o Doutor Luiz Carlos Sobônia, o seu marido, Luiz Forte Netto, e tantos outros valorosos companheiros de luta, é o orgulho dos curitibanos e dos paranaenses: o Hospital de Crianças César Pernetta, o Hospital Pequeno Príncipe e o chamado "Hospital Novo"; que em conjunto, formam um grande complexo médico-hospitalar devotado à infância.

Mas falar de Ety Forte não só ficar na sua profunda e desprendida ação comunitária. É preciso saudar também a artística plástica, a ceramista, tapeceira e desenhista. Desta figura humana ímpar, que de tudo diz que o mais relevante é que "a busca do ser continua sendo a constante no viver, por isso a pesquisa da arte é tão somente a síntese da pesquisa da própria vida", talvez a melhor forma de falar de sua arte, de seu engenho e de sua sensibilidade criativa, seja reproduzirmos a opinião abalizada dos que avaliaram o seu trabalho.

Aurélio Benetiz diz que "a arte de Ety Forte nos coloca ante um delírio fascinante do inconsciente". Já para Valmir Ayala, "de expressões assim é que se forja, realmente, este grito subterrâneo e inconformado que mantém viva a chama. Saúdo nela os que estão trabalhando por compulsão e que certamente quebrarão o comodismo do sistema".

LUIZ FORTE NETTO

Nascido na cidade de São Paulo, a 19 de fevereiro de 1935, o arquiteto Luiz Forte Netto é hoje, aos 49 anos, um dos mais conceituados profissionais do país. Formado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie e tendo o seu trabalho reconhecido nacional e internacionalmente, atualmente exerce as funções de Chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná.

Destaca-se em sua atividade profissional a presença marcante no Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, tendo sido Presidente do Departamento do Paraná na gestão 62/65 e 2º Tesoureiro e Diretor do Departamento de Ensino do IAB - Nacional, gestão 66/84.

Já em 1965, emprestava a sua colaboração ao nosso Estado, contribuindo na elaboração do Plano Preliminar Urbanístico de Curitiba. Não era o primeiro trabalho do Paraná: anteriormente havia sido o Coordenador da Universidade Federal do Paraná como Interveniente do Convênio SUDESUL e Governo do Estado do Paraná para definição de uma Política de Desenvolvimento Urbano a Nível Microregional, para o Estado P.D.U. Em 1967 recebeu o 1º Prêmio, na Categoria de Planejamento, na Premiação anual do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Paraná, pelo "Plano Básico Regional do Litoral do Paraná", realizado para o Governo do Estado. No período 67/69, exerceu as funções de Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC. Daí por diante, não deixou de entregar a sua colaboração, zelo profissional e competência para os mais diversos trabalhos, tanto no Paraná, como em outros Estados da Federação.

Na iniciativa privada, é mais do que reconhecido o seu talento e capacidade de trabalho, sendo muitas as obras - tanto de pequeno, quando de grande porte - que tem a sua assinatura e estão espalhadas por toda a Curitiba, pelo interior do Estado e em diversos outros lugares do País.

Nossa intenção com o presente projeto de lei - concedendo o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Arquiteto Luiz Forte Netto e à sua esposa Ety G. Forte - é a de prestar uma singela, mas sincera e significativa homenagem a estes dois paulistas que, jovens ainda, recém-casados, adotaram Curitiba e o Paraná como seu lar, sua vida e sua razão de ser. Quando aqui chegaram não hesitaram em fincar raízes e participar, junto com a comunidade de seu dia-a-dia, suas alegrias coragem e abnegação. Fruto deste compromisso com a vida e com a fraternidade, é o trabalho que desenvolvem na Associação Hospitalar de Proteção à Infância Doutor Raul Carneiro - razão porque apresentamos, em anexo, extenso relatório sobre as atividades daquela entidade.

Acreditamos que as razões e os motivos que nos levam a homenagear estas duas personalidades com a cidadania honorária de nosso Estado se justificam pela vida, pelo trabalho e pela contribuição que Ety e Luiz Forte Netto vêm dando à sociedade, com esperança, com bondade e com amor.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assumimos hoje a tribuna, para nos solidarizarmos com os empresários de nossa cidade, que na segunda-feira homena-

gearam o digno representante da classe, Jorge Christofis, Presidente da Federação do Comércio Varejista e do Conselho Regional do SENAC, pelo que vem realizando nestes 4 anos de gestão.

Na sede da própria entidade, 21 sindicatos filiados fizeram fixar uma placa de bronze em sua homenagem. Durante a cerimônia, em nome de todos os sindicatos, falou o empresário Alceu Abagge, Presidente do Sindicato dos Lojistas e do Comércio do Paraná. Suas palavras justificaram o ato, mostrando que Christofis vem realizando uma projeção sócio-econômica jamais atingida na história, quer da Federação, quer do SENAC paranaense.

Sob a gestão de George Christofis, a meta principal foi, como salientou Abagge, "a união da nossa classe, nas lideranças sindicais que representamos". Esta sabedoria de de comportamento, permitiu-lhe a fecundidade de um ritmo de trabalho e nos deu o patrimônio de orgulho, que temos em pertencer a esta Federação Varejista.

Assim, Christofis realizou uma sucessão de encontros do comércio varejista, no interior, nos quais se procurou sensibilizar os companheiros por estas teses, além de um processo de aglutinação maior entre nós mesmos, constitui um capítulo de relevo na marcha de sindicalismo patronal paranaense".

Além disso, Christofis ainda vem trabalhando em favor de uma reforma tributária e na lei salarial, que penalizam o empregado e o empregador.

Mas, nessa área, se sobressai o uso da sua influência, como representante do comércio varejista, em favor da pequena empresa, como o trabalho que levou a Prefeitura de Curitiba, a criar uma lei de tratamento preferencial aos pequenos comerciantes, bem como na montagem de uma linha de crédito especial, juntamente com o BADEP.

Na área do ensino, Christofis foi o responsável pela interiorização do SENAC, através dos Centros de Desenvolvimento Profissional de Maringá, Ponta Grossa e Guarapuava, isto sem contar com as obras, ainda em andamento, da inauguração de mais de 20 Escolas do Trabalho, em todo o interior do Estado.

De acordo com as palavras do próprio homenageado, a necessidade de levar o ensino profissionalizante ao interior, deve-se ao entendimento que nenhuma comunidade alcançará a plenitude de seu desenvolvimento, se os quadros humanos não estiverem preparados para buscar os melhores objetivos de progresso.

É por esses motivos, e outros mais, que não posso deixar de me unir aos associados da Federação do Comércio Varejista e do SENAC, para homenagear este ilustre paranaense.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da PARANATUR, pedido pra agilização de um plano de ação que vise proporcionar aos escolares do Paraná, a oportunidade de conhecer a nossa terra, através de atuação integrada entre as Secretarias de Estado da Cultura e da Educação.

JUSTIFICATIVA:

Disse-me um educador: "Ensinar é desafiar, adequada e gradualmente".

Acontece que nosso sistema de ensino é obsoleto e defasado, embasado em categorias lineares, absolutamente inadequadas à uma educação voltada para o homem e para a civilização em mudança. Os programas metrificadas linearmente contrariam a concepção moderna de estrutura, condenando nossas crianças aos processos de condicionamento, de memorização, de respostas aprendidas, desprezando a discussão e o debate, deixando morrer na casca as soluções originais que nascem dos vários esquemas individuais de atuação nos grupos de trabalho.

O professor não é mais um informador, a informação vem através do rádio, da televisão, dos jornais. Cabe ao professor comentar a informação, suscitar indagações, estimular o engajamento do indivíduo face aos acontecimentos.

Enquanto completam frases sobre linhas pontilhadas, nossas crianças estão se habituando a aceitar passivamente as situações ao seu redor sem ao menos se aperceber delas.

Aprender, é conhecer, vivenciar. É preciso, também, sair das salas de aula, ir ao jardim, ao quintal, or para baixo das árvores, sair a passeio pela cidade, visitar os museus e as fábricas.

Mais importante que decorar listas de nomes é viajar pela carta geográfica e, de repente, viver aqueles interesses despertado. Viajar de verdade, viver o novo ambiente, falar com as pessoas.

Sentir a nossa realidade, comentar, descobrir, reconhecer, valorizar, interessar-se pelo patrimônio comum.

Ver a nossa natureza exuberante, ou o que resta dela; já que resta pouco da cobertura florestal e as hidrelétricas estão afundando o resto; mas há que se aprender a preservá-la para sobreviver.

Observar a diversidade notável das manifestações culturais da nossa terra, antes que se padronize tudo, como convém às oligarquias; há que se fortalecer a identidade cultural para garantir a soberania.

Conhecer os referenciais da nossa cultura e da nossa história, aqueles que resistiram à destruição movida pela ganância e pela omissão; há que se aprender a apreciá-la, para não se tornar alienada da herança social.

É necessário que organizem excursões onde a alegria e a convivência entre as crianças e, os professores sejam o clima da aprendizagem e a realidade seja a motivação primeira.

Que função têm as disciplinas chamadas Moral e Cívica ou Integração Social sem essas vivências básicas?

Convém lembrar que 80% das crianças matriculadas nas nossas escolas públicas pertencem à famílias de baixa renda, sendo que uma grande parte dessa comunidade estudantil resiste com sacrifício à evasão escolar.

Assim, apelamos ao órgão governamental competente para que seja oferecida essa oportunidade a todos os escolares da rede estadual de ensino, através de um plano de ação que viabilize essas viagens, na certeza de que constituem valioso recurso educacional e vê de encontro às suas políticas de atuação."

Este requerimento tem esta função primordial de levar as crianças pobres a conhecer o Paraná, através de um programa elaborado pela PARANATUR, para levar as crianças mais necessitadas das escolas públicas do nosso Estado, a conhecer em o que resta do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Fiori Luiz. Ausente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É preciso manter o equilíbrio, controlar as emoções e cultivar o respeito ao homem. Estas, para mim, são as exigências impostas pelo bom senso na fase atual do processo sucessório, a fim de que as regras do jogo eleitoral sejam preservadas.

Assim sendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dia 15 de janeiro, por certo, teremos então o coroamento da abertura política com acesso à Presidência da República, de político recrutado nos quadros político partidários ora vigentes.

Cabe pois, a partir daí, apenas ao político, decidir o destino político da sociedade brasileira. E isto somente será possível na medida em que sejam respeitados os direitos de cada um de externar as suas opiniões, as suas convicções, de posicionar-se conforme a sua compreensão, participando do processo eleitoral com ampla liberdade.

É compreensível, na medida em que nós nos aproximamos das eleições presidenciais, que os ânimos se acirrem, que o debate eletrize e que os sentimentos se exaltem. Preocupa-me a radicalização que inviabiliza o diálogo; claro está que na luta pelo poder ninguém quer ceder a ninguém. Ninguém se atreve a tomar uma iniciativa que vá fortalecer o adversário, o que implicaria no próprio enfraquecimento.

Ambos os lados assim, sempre estão com a razão, conforme o discurso político. E por cada um acreditar nisso, pressupõe como errado tudo aquilo que não se afina com o seu pensamento, com suas ações e com seus interesses. Cria-se pois com isso um impasse; inviabilizam-se as soluções, traumatiza-se o ambiente político, e criam-se também conflitos intransponíveis.

E é dever político, portanto, neste momento da vida nacional, que o egoísmo, a obstinação, o ódio, o oportunismo e o medo cedam lugar a um entendimento e à conciliação em favor única e exclusivamente da preservação do processo eleitoral vigente, que se não é o ideal, é o que se apresenta como meio legal e praticável para a transição ao regime desejável pela Nação Brasileira.

Lembrando que explosão verbal é retrato sonoro do indivíduo e que leva a interpretações indesejáveis e prejudiciais, ao clima de ordem e de paz, este exigido pela transição política e histórica em que vivemos, é que uso desta tribuna para que diminuamos a emoção, os ânimos, em favor do respeito mútuo indispensável para a preservação do processo de escolha do Presidente da República.

As palavras ásperas, contundentes, endereçadas a pessoas e aos homens públicos, em nada contribui para o aperfeiçoamento do processo eleitoral ora em execução.

A fala agressiva e a contestação encontra, por parte das oposições, justificativa para rompimento de espaço, quando esse espaço inexistente para efeito de pregação e de proselitismo político.

Neste momento é totalmente dispensável, não recomendável e não seria de bom senso a adoção desse tipo de expressão. No tempo em que vivemos esses aspectos da falta de espaço político já foram vencidos. Esse tempo já passou e não deve voltar. Façamos pois, a nossa parte para que assim

seja.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Colho o ensejo, Senhor Presidente, para dizer, alinhar alguns pensamentos obtidos quando da visita que procedemos ao Centro Federal de Educação Tecnológica no dia de ontem.

Educar, no pensamento de muitos pedagogos modernos, é criar imagens de futuro e tornar os jovens mais preparados, sensíveis e responsáveis às mudanças que a evolução da sociedade provoca.

Dentro dessa perspectiva, à Escola cabe uma tríplice responsabilidade: capacitar ao domínio da tecnologia; pesquisar novos métodos e alternativas tecnológicas; preparar seus educandos a conviver com os avanços da técnica e a compatibilizar a conquista de seu destino pessoal com o desenvolvimento do mundo.

Na busca desse ideal vem trabalhando o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, mesmo quando era apenas Escola de Aprendizes e Artífices, Liceu Industrial, Escola Técnica de Curitiba ou Escola Técnica Federal do Paraná. Seus cursos técnicos profissionalizantes a nível de 2º grau: ELETRÔNICA, ELETROTÉCNICA, EDIFICAÇÕES, MECÂNICA, TELECOMUNICAÇÕES, DESENHO INDUSTRIAL - e de Ensino Superior - ENGENHARIA INDUSTRIAL ELÉTRICA, nas modalidades de ELETRÔNICA INDUSTRIAL, TELECOMUNICAÇÕES, ELETROTÉCNICA, e CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, na modalidade de EDIFÍCIOS - aliados a modernas instalações e equipamentos, atualizada metodologia e cuidada assistência didático-pedagógica, concorrem à formação profissional de seus alunos e ao crescimento de sua personalidade, tornando-os preparados a enfrentar os desafios que as transformações econômicas e sociais de nossos dias lhes apresentam.

No esforço de cumprir o seu papel de elo integrador entre Escola-Governo-Comunidade, o Centro Federal vem promovendo, periodicamente, além de seus cursos regulares e através de seu Serviço de Integração Escola-Empresa, os denominados Cursos Extraordinários, em convênio com empresas e órgãos governamentais, visando a formação qualificada e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Consciente, porém, de que o ensino técnico deve ser concebido e conduzido como elemento formador do homem e não como mero preparador profissional, e vendo no ideal educativo a busca da formação integral do jovem, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná desenvolve uma série de atividades extraclasse, visando a dar ao educando oportunidades de manifestação e afirmação de seu espírito criador e possibilidade de contatos mais amplos e ricos.

Neste espírito, além de uma variada gama de atividades esportivas como voleibol, andebol, basquetebol, natação, atletismo e ginástica rítmica e desportiva, o Centro Federal

mantém atividades de cunho cultural, tais como: Banda Marcial, Banda Musical, Coral, Conjunto de Flauta Doce, Grupo de Teatro, Clube de Xadrez, Clube de Línguas (inglês e alemão), Clube de Radioamadorismo, Clube de Astronomia e Centro Cívico Escolar, abertos à participação de todos os alunos.

Assim é o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - mais conhecido por Centro Federal, pela sua sigla CEFET-PR ou por FEDERAL, apenas, como o que sua torcida desportiva - uma instituição de ensino tecnológico, que antes de preparadora de profissionais quer ser formadora de homens, aptos a criar um futuro melhor, a conviver com as transformações da sociedade e a participar ativamente dessas mudanças.

O que se quer não é somente ensinar a tecnologia atual aos jovens e torná-los aptos a desenvolver novas técnicas, métodos e processos.

O que se deseja é ensinar-lhes a VIVER, a construir seu destino e não a viver o FUTURO que pretendem lhes impingir.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná é uma escola de vanguarda que vale à pena ser visitada.

Colho o ensejo para destacar a impressão agradável que tive na visita que fiz àquele Educandário que certamente foi, é e será berço de formação dos jovens profissionalizantes, dos jovens que cursam os mais variados cursos que a Escola oferece, tornando-os aptos para serem úteis à sociedade a qual pertenciamo no futuro".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares.

Encaminhamos à Mesa um requerimento em que pedimos, a esta Assembléia, a transcrição do discurso proferido pelo futuro Presidente da República, Doutor Tancredo Neves, com o título "Retomar o Desenvolvimento". Discurso proferido na última segunda-feira, na cidade do Rio de Janeiro, para mais de 1500 empresários. Neste, reafirma a sua posição de fazer este País voltar a crescer. Dizia Tancredo Neves, naquela ocasião, que a única maneira deste País voltar a ter paz e para que o empresariado brasileiro passe a acreditar na potencialidade deste País, será através do desenvolvimento. E citava a maneira com que este País precisa voltar a crescer, confiando nas suas autoridades, dando oportunidade a pequenas, médias e micro-empresas, citando, enfim, a maneira com que Sua Excelência pensa, para fazer deste País uma verdadeira democracia e que o empresariado passe a acreditar mais nas suas autoridades.

A par disto companheiros, Senhores Deputados, gostaria também de nesta oportunidade dizer da nossa satisfação por termos visto ontem, a decisão do Supremo Tribunal Eleitoral, em que respondendo a um pedido, a uma consulta de um Deputado de Minas Gerais, do PDS, queria saber se ainda era possível apelar para a fidelidade partidária, para que o PDS não fosse desbancado do Poder que há vinte anos vem mal fazendo por este Brasil.

Aquela Corte Suprema decidiu, por unanimidade, contra o voto do Procurador Doutor Mártires, que deve ser o mártir do casuísmo, deve ser o mártir do "puxa-saquismo" do Governo Federal. E aquela Colenda Corte decidia, por unanimidade, que no Colégio Eleitoral não existe fidelidade, que nunca existiu fidelidade para o Colégio Eleitoral. Os outros Presidentes da República foram votados pelo voto a descoberto, sob a pressão das espadas da época. E cada Deputado tinha que levantar e dizer que votaria no General escolhido do bolso do colete do antigo General que estava de plantão na Presidência da República.

E ontem, nós, com esperanças de um Brasil melhor, com esperanças com que o povo brasileiro acredita em esperança de um futuro melhor, víamos mais uma vez, e principalmente ontem, quando o PDS marcava uma reunião do seu Diretório Nacional para fechar questão pela fidelidade partidária. É o desespero, companheiros parlamentares, em que o Governo se vê, ainda na esperança de, com mais algum casuísmo, tentar salvar a sua pele, para não ser apeado do Poder. E nós ontem, no "Jornal da Globo" às 23:30 horas, víamos ainda que resta nesta Pátria gente responsável; gente que acredita na legalidade; gente que ainda acredita na esperança de dias melhores e acredita no seu povo e na sua potencialidade.

E víamos também ontem, através da televisão, o General Danilo Venturini, um homem da linha dura do Governo, dizer que não é época de dar golpe, que também era esperança do PDS. O Governo não aceitaria um golpe porque vê que a opinião pública está ao lado das oposições, e sem as Forças Armadas é impossível haver golpe. E quando o povo está unido, jamais será vencido. Ontem foi um dia de alegria para a democracia brasileira.

Muito obrigado. (*Sem revisão do orador*).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (*Lê*):

"Venho a esta tribuna para denunciar o radicalismo que já é marca registrada da ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO PARANÁ, pela conduta da diretoria anterior cujos atos são ratificados através da nova diretoria recentemente empossada.

O radicalismo é patente no discurso de posse do novo presidente, Engenheiro Agrônomo VALDO CAVALET, quando diz:

"Iremos exigir do Governo Estadual discussão sobre Salto Segredo . . . Continuaremos a manifestação em contrário ao programa de microdestilarias, no qual imputamos o maior erro deste Governo Estadual . . ."

Teceu, ainda, o Presidente, duras críticas ao IAPAR, arvorando-se em vigilante dos passos do Governo Estadual, naturalmente imaginando sua eficiência na condição de "patrulheiro".

Quero deixar bem claro o meu respeito e o da minha classe, aos engenheiros agrônomos.

Mas não posso admitir que uma "turminha" que não pode refletir o pensamento da esmagadora maioria, prossiga com esse tipo de atitude, que só serve para promover a desunião entre os companheiros de classe.

No VOCABULÁRIO CORPORATIVISTA já começamos a constatar nele termos novos como: "A ideologia verde", "Os veterinários são incompetentes", "Os madeireiros destruíram as florestas do Paraná".

Senhores Deputados dá para entender a RETÓRICA de quem é funcionário do Governo Estadual, do ITC, confortavelmente instalado na Capital e procurando alijar do processo os engenheiros florestais - ardorosos defensores de reflorestamentos econômicos, e de sua exploração racional - fonte de geração de riquezas e de empregos? A "ideologia verde", para não falar de outras cores, o "romantismo" de pretender a implantação de somente florestas ecológicas, naturalmente os faz esquecer da maior meta, doutrina e determinação do nosso Governador José Richa, que é a **geração de empregos**.

Nesta oportunidade, os nossos votos de que o sucesso na **geração de empregos**, se transforme em MARCA REGISTRADA do Governo José Richa, fortalecendo-o como o maior líder político do nosso Brasil.

Todos sabem que a destruição das florestas do nosso Paraná aconteceram por falha na orientação dos Governos anteriores, quando da conquista das fronteiras agrícolas - época em que as derrubadas de forma indiscriminada apenas precediam a ação devastadora do fogo.

As poucas matas de propriedade particular, na sua maioria, constituem reservas protegidas pela classe que sabe valorizar a árvore, a dos madeireiros. Os paranaenses não esquecem o valor que representa este segmento na economia do Estado, na arrecadação de impostos, no assegurar milhares de empregos.

O parque industrial do setor, construído com tantos sacrifícios, não pode se render ao desejo de uma minoria e deixar-se destruir. Pelo contrário, quer ampliar seu leque de benefícios e ajudar o nosso Governador na sua grandiosa tarefa de **gerar novos empregos** e de contribuir para o reaquecimento da economia. Neste momento, o nosso irrestrito apoio ao INSTITUTO DE FLORESTAS que já nasce forte pela necessidade de brigar pelo seu lugar de direito. Somos adeptos da DEFESA DO MEIO AMBIENTE, da ECOLOGIA, mas sem RADICALISMOS.

Aproveito a oportunidade para uma sugestão aos adeptos da seita da "ecologia verde": porque não ir viver na floresta Amazônica, usufruindo da natureza, do canto dos passarinhos, das florestas silvestres, do oxigênio puro, ao invés de se submeter ao "materialismo" do ar condicionado e do carpet onde vivem em Curitiba? Lá não haverá conflito, pois não existe **desemprego**.

Não podemos aceitar a oposição sistemática contra a **pecuária**. Quem nasceu, cresceu, e teve sensibilidade para acompanhar o processo de colonização do Paraná, tem convicção de que no Arenito Caiuá (Região Noroeste do Paraná), por exemplo, o capim foi plantado para "salvar" o querestou do solo exaurido por uma exploração inadequada da atividade agrícola. Quem não sabe que a gramínea combate a erosão e protege o solo? Mas também os veterinários estão sendo

alijados do processo, para ceder lugar à "ocupação de espaços" - meta maior da Diretoria da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

O Programa Paranaense de Microdestilarias, que entre outros benefícios irá gerar mais de cinco mil empregos diretos e permanentes nas usinas e nas indústrias fabricantes de equipamentos, não pode continuar recebendo daquela diretoria o mesmo tratamento. Principalmente depois de ter sido amplamente debatido em todas as microrregiões do Paraná, com a presença do Governador e de todos os Secretários, juntamente com os Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Vereadores, Prefeitos e comunidades em geral. Aprovado, foi referendado pela Assembleia no PROGRAMA DE GOVERNO JOSÉ RICHÁ.

O início do PROGRAMA contou com a presença da SUREHMA e ACARPA no grupo de trabalho. Na redação inicial do PROGRAMA já constava o compromisso da ACARPA com o zoneamento agrícola, e o da SUREHMA na proteção do meio ambiente. Tanto uma Instituição como outra vêm cumprindo muito bem o seu papel, garantindo o sucesso do programa.

O competente Engenheiro Agrícola Doutor Geraldo Luiz de Souza, digno Presidente da ACARPA, demonstra alegria e tranquilidade ao constatar que os objetivos propostos estão sendo alcançados. Disse que nunca foi contra o PROGRAMA DE MICRODESTILARIAS, antes pelo contrário. Apenas se preocupava, na época, com o zoneamento e a poluição - apreensões já superadas.

O PROGRAMA DE MICRODESTILARIAS tem sua implantação priorizada para a região Noroeste - Arenito Caiuá - onde predomina a pecuária. Em nome dos veterinários, parabéns ao Governador José Richa ao mesmo tempo em que apoiamos o Programa, principalmente porque graças ao fator **integração** - condição básica do mesmo - os dois vaqueiros hoje alojados numa área de cem alqueires, e que se encarregam do pastoreio de cerca de quatrocentas reses, lá permanecerão. Apenas estarão cuidando de um número maior de animais, com tecnologia e técnicas mais evoluídas, usando ração animal com a ajuda dos resíduos da microdestilaria.

Naturalmente, também irão usufruir de melhores salários. E estaremos vendo a mesma área abrigar mais quarenta e oito empregos permanentes, em outras atividades.

A cana, também uma gramínea, protege o solo contra a erosão e os efeitos da insolação, evitando a exaustão das matérias orgânicas pelo processo da evaporação.

Piracicaba - no Estado de São Paulo - que cultiva cana nas mesmas terras há mais de duzentos anos, demonstra em suas estatísticas um impressionante aumento de produtividade, confirmando na prática que essa cultura melhora o solo.

As microdestilarias projetaram o Governo José Richa nos outros Estados da Federação e até no exterior, e pela própria natureza e propósitos irá corrigir distorções verificadas no PROÁLCOOL

O Sr. Donato Gulin - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado, e quero parabenizá-lo por Vossa Excelência trazer no dia de hoje, nesta Casa, um assunto realmente que é de interesse de todo o povo paranaense.

Nós queremos primeiramente dizer que somos contra qualquer tipo de radicalismo, em qualquer área: na técnica, na econômica e na política. Tanto radicais de esquerda, como radicais de direita. E o que nós vemos hoje, na Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, é um radical, comandando esta classe que tanto fez para o desenvolvimento deste Estado e de todo o Brasil.

O Brasil, e principalmente o Sul, é conhecido pela sua capacidade agrícola; e o Brasil, conhecido como um País altamente agrícola, vem agora, uma associação, querer combater as origens do País e do nosso Sul.

Eu queria até lembrá-lo, nobre Deputado, que o desenvolvimento do Paraná, inicialmente, foi feito, através de serrarias. O Paraná era um Estado rico em madeira, como Santa Catarina; e exportava grande quantidade. Lamentavelmente, hoje, nós vemos pouca madeira neste Estado. Mas este pouco que se vê, é graças à classe de madeireiros existentes neste Estado, que sabe realmente como Vossa Excelência diz nesse discurso, da importância da madeira para o homem, para o Estado e para o País.

Também, nobre Deputado, quando Vossa Excelência fala das microdestilarias, constatamos que hoje nós estamos, o Paraná está exportando tecnologia para todo o Brasil e para a América do Sul, graças a este programa paranaense de microdestilarias, montado pela Secretaria de Indústria e Comércio.

Isso só vem enriquecer, só vem enobrecer o nosso Estado, só vem mostrar a capacidade tecnológica dos nossos técnicos paranaenses. E mais, num momento como este, em que milhões de brasileiros se encontram sem emprego; no momento em que pessoas se interessam na criação de empregos, se interessam em dar trabalho ao brasileiro, em dar trabalho ao paranaense, nós vemos alguns completamente mal-informados virem criticar estas iniciativas.

Não sabem eles que esta riqueza do emprego, ela vai gerar, como uma bola de neve, riquezas em todas as áreas econômicas paranaense e brasileira.

Nobre Deputado, quero, mais uma vez, parabenizá-lo, e dizer que tanto quanto Vossa Excelência, nós somos, também, contra todos os radicais.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e quero, neste instante, parabenizá-lo pela grande colocação que faz, nesta tarde, da tribuna da Assembleia Legislativa. Deputado, eu me lembro que não só o Governador José Richa, mas também os Parlamentares desta Casa, a grande preocupação do êxodo rural, dos homens que deixam o campo, e vêm para os grandes centros das grandes capitais, a se transformar em favelados e até mesmo em marginais. E este programa da microdestilaria, vem de encontro, realmente, atender às necessidades do nosso interior paranaense.

Eu digo isto porque as microdestilarias devem preservar a nossa natureza, porque nós que tivemos condições de participar de vários encontros com o Secretário de Indústria e Comércio Francisco Simeão, nós vimos a verdadeira realidade, aonde as terras inaproveitáveis poderão ser utilizadas no plantio, evitando com isso criações de erosões prejudicando o solo paranaense, e, acima de tudo, gerando empregos. Eu citaria um exemplo suficientes aqui na produção de álcool no Brasil

que nós observamos hoje, que já não é novidade, quando através do Governo Federal se pega de surpresa o povo brasileiro com estes aumentos abusivos da gasolina. E acho que isso vem de encontro, esse programa do Governador José Richa através da Secretaria de Indústria e Comércio, que é uma forma de gerar emprego e de fixar o homem no campo.

Parabenizo Vossa Excelência e acho que esse programa tem que dar sua continuidade porque nós temos órgãos competentes para que faça a fiscalização e que o programa seja enquadrado dentro das exigências. É isto, então, que nós queremos nesta tarde e dizer que nós somos contra a microdestilaria onde absorve duas mil pessoas e que depois que encerra a sua safra os homens ficam abandonados pelas ruas da cidade, sem emprego, desesperados e passando até dificuldades. E esse programa de microdestilaria não acontece este tipo de fatos, porque preserva o emprego durante o período todo.

E eu parabenizo Vossa Excelência e tenho certeza que esse programa será incrementado com toda segurança atendendo às necessidades de nosso Estado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte do Deputado Manfrinato e concedo aparte ao Deputado Eduardo Baggio.

O Sr. Eduardo Baggio - Agradeço o aparte concedido por Vossa Excelência, e quero, também, parabenizá-lo por este seu pronunciamento, e dizer que neste Paraná ainda tem muita gente que quer atrapalhar este Governo. Muita gente contra, principalmente o desenvolvimento do Noroeste do Paraná, quando se colocam frontalmente contra as microdestilarias a serem implantadas naquela região.

Eu quero de público, neste Plenário, dar meu irrestrito apoio ao programa paranaense de microdestilarias porque, neste programa, tenho conhecimento, e tenho convivido com ele desde seu início, desde seu desdobramento como está tendo até hoje. Tendo, inclusive, no final de seu programa dando condições ao Noroeste do Paraná tão sofrido até agora devido a maneira com que foi desbravado aquela região do Norte do Paraná. Dando condições com a somatória das microdestilarias a serem implantadas naquela região, e se formarem ali um polo álcool químico que dará ao Paraná destaque nacional, sendo implantado naquela região ou onde quer que seja, mas o principal é que se instale no Noroeste do Paraná as microdestilarias devido as condições de solo que ali estão. Solo desgastado pela maneira com que foi, já disse a pouco, feito as culturas permanentes desde as épocas das derrubadas das matas. Portanto quero parabenizar ao nobre Deputado pelo seu pronunciamento, e sempre continuarei dando apoio restrito de microdestilaria do Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte do Deputado Eduardo Baggio e, logo a seguir, concederei ao Deputado Alencar Furtado e ao Deputado Caíto Quintana.

Embora saibamos que não passam de sonhos a retórica do Doutor Waldo Cavaletti, preconiza que o Governo deveria substituir o programa em tela, por outro de maior alcance social, fica aqui, portanto, o desafio para que o Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos num prazo, diríamos,

curto, quem sabe até o final do ano, um programa substitutivo, que ofereça os mesmos benefícios sociais e econômicos para o nosso Estado, e que, diante da escassez de recursos, que a atual conjuntura nos impõe, que também seja esse programa, a custo zero para os cofres do tesouro estadual.

Concedo agora, o aparte ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Ilustre Deputado Orlando Pessuti, o problema das microdestilarias é no mínimo um assunto polêmico. Não resta dúvida, e o Paraná, assim como de resto o Brasil, vive o drama do desemprego, vive o drama do subemprego, vive o drama de uma política econômica recessiva, de uma política salarial injusta. Não resta dúvida todavia, ilustre Deputado, não poderia conviver com a afirmação de que o Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná seja um radical, como frisou o Deputado Donato Gulin. Não poderia, ilustre Deputado, silenciar-me perante uma colocação, quando se diz que as madeiras ou as árvores ainda existentes no Paraná, se devem aos madeireiros, ainda existentes no Paraná. As madeiras ou as árvores que ainda possuímos, é o resto que os madeireiros deixaram, depois de explorar o Paraná, depredar e roubar à natureza belíssima que Deus nos agraciou. Os madeireiros maiores deste Estado, já se foram do Paraná, para depredar a Amazônia, e ainda se diz que o que restou de cobertura florestal, se deve aos madeireiros, quando eles não cumpriram a determinação federal, e dizia que, para cada árvore arrancada, eles deveriam plantar duas; e eles não fizeram isto, o que fizeram foi um reflorestamento de pinus eliotis, e nem passarinho faz ninho no pinus eliotis; uma madeira importada dos Estados Unidos, quando nós tínhamos aqui a nossa floresta nativa, muito mais bela, muito mais exuberante, muito mais rica e muito mais aproveitável até economicamente, se tivesse sido aproveitada racionalmente. Se tivesse sido aproveitada com critérios pelos madeireiros, que agiram impunemente no Paraná.

Ilustre Deputado Orlando Pessuti, o Presidente Waldo é um homem sério, eu o conheço e convivi com ele, por isto que digo, o problema ou o programa governamental das microdestilarias é no mínimo, polêmico, mas, não poderia também deixar de frisar, quando se frisou que através da exploração da natureza, o Paraná se fez rico; mas era bom lembrar mais uma vez, que nos últimos dez anos, somente na região do arenito caiua, saíram registradamente, 213 mil pessoas foram embora do Paraná, em busca de aventuras outras, porque são os aventureiros que não vêm para se fixar, mas vêm para explorar.

O Paraná é um Estado depredado, e quando um engenheiro escolhido pelos agrônomos do Paraná para presidir a sua entidade, faz uma colocação, eu acredito ilustre Deputado Orlando Pessuti, que no mínimo nós temos que levá-la a sério. Não digo que nós temos que concordar, mas devemos realmente levar a sério, porque os agrônomos são as pessoas que entendem da terra, são as pessoas que, exatamente estudaram o aproveitamento solar, o problema do aproveitamento solar.

Eu já tive a oportunidade de solicitar ao Governador José Richa, a implantação de um Polo Alcool-Químico, em Paranavai, e acho até que, é a região mais apropriada para a

implantação de um Polo Alcool-Químico, como disse o Deputado Eduardo Baggio, para gáudio de todo o Paraná. Paranavai, que não tem tido muitas oportunidades, mas é uma região propícia para a implantação de um Polo Alcool-Químico; todavia, é um assunto técnico.

Solidarizo-me, em parte, com o seu pronunciamento, mas ele tem umas colocações que, tenho certeza, do fundo da alma Vossa Excelência não concorda; quando, por exemplo, Vossa Excelência afirma que o Doutor Waldo, Presidente da Associação dos Engenheiros-Agrônomos diz que, nós precisamos replantar florestas ecológicas. Isto é um fato, e Vossa Excelência concorda com isto. Nós precisamos replantar que aqueles que, ainda dentro da lei têm o direito de devastar ou de derrubar 80% das matas nativas, das suas propriedades, nós vamos ficar totalmente a descoberto, em cobertura florestal.

Então, é um assunto realmente polêmico, acho que Vossa Excelência está trazendo à apreciação da Casa um tema profundo, deve ser estudado com seriedade porque, na realidade, os próprios problemas do desemprego; aí estão, nós precisamos realmente e acho muito boa a sua colocação, quando pede, ao Doutor Waldo, que apresente um plano substitutivo, ou apresente, até, as maneiras corretivas de não haver, através da implantação do projeto, ou programa governamental das microempresas, das microdestilarias, apresente, então, os corretivos para que não causem mais danos ecológicos, ao Paraná. Poderia ser pedido a ele. Ou, se é realmente a posição científica, e, a implantação das microdestilarias vai trazer prejuízos ecológicos ao Paraná, não se deve implantar, porque o Paraná, mesmo necessitando, nós não podemos mais destruir o que restou, do Paraná!

Muito obrigado, ilustre Deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte, nobre Deputado.

Eu queria dizer também, que não somos contra, logicamente, à implantação de florestas ecológicas, mas não podemos também, compactuar com as idéias de só se pensar em defender a floresta ecológica, nós temos que pensar, também, em outros setores.

Também queria dizer, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que, nunca fomos contra os agrônomos, que, injustamente estiveram aliçados do processo político do Paraná, por várias décadas, agora que o nosso Governador corrigiu a distorção, nomeando um agrônomo, membro da associação, para a Secretaria da Agricultura. O que nos surpreende é que, o Doutor Waldo não deve se considerar o único certo, o dono da verdade, o único que "marcha corretamente no batalhão". Seria que os engenheiros florestais, os veterinários, os zootecnistas, os biólogos, os técnicos agrícolas estão sofrendo uma crise coletiva de burrice, em que, todos estão errados ao não aceitarem passivamente sua opinião, e pretensão de impor liderança? Liderança, não se impõe, ela tem que ser adquirida e conquistada, com competência, humildade, compreensão, renúncias e trabalho.

Quanto ao IAPAR - e para não nos alongarmos no assunto - apenas para nos limitar a citarmos um trecho de um telex dirigido ao Presidente da Associação, emitido em 22 de outubro, pelo Doutor Francisco de Assis Lemos de Souza,

Diretor-Presidente do IAPAR, em resposta às acusações observadas no discurso de posse do Dr. Waldo Cavaleti, ele diz:

"A classe agrônômica de Londrina, cabalmente, na última eleição, mostrou sua firme decisão em favor da união e do respeito entre os colegas.

Lamentavelmente, você, logo nos primeiros minutos de sua gestão, procurou contrariar esses elevados propósitos, tentando abrir perigosa e inaceitável divisão entre numerosos agrônomos e a direção do seu órgão de classe.

Nesse sentido, o nosso total repúdio à sua infeliz declaração".

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não somos nós que estamos dizendo isso, é o Presidente do IAPAR, que também é um engenheiro agrônomo e quando ocupamos a tribuna para condenar a atitude do Presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos...

O Sr. Donato Gulin — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado e concede 10 minutos para falar no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Então, vejam bem: quando nós falamos tudo isso, não estamos aqui para criticar graciosamente aos engenheiros agrônomos do Paraná, pelos quais temos o maior reconhecimento, a maior simpatia.

Temos aqui os Deputados Sabino Campos, Paulo Furiatti Wilson Fortes que, conosco — principalmente Paulo Furiatti e Sabino — têm defendido e lutado pelas causas da agropecuária do Paraná.

Não podemos aceitar passivamente que o Presidente desta entidade, que conhecemos desde a época dos bancos escolares, porque somos da mesma época de escola — venha de público ficar cegamente condenando uma série de coisas que a maioria da sociedade paranaense aceita e quer e que o nosso Governo também quer, governo ao qual ele pertence.

Pela ordem, concedo o aparte ao Deputado Sabino Campos.

O Sr. Sabino Campos — Agradeço o aparte, e só queria fazer um reparo àquilo que Vossa Excelência, quando disse que desde o início do programa das microdestilarias, estariam envolvidas a ACARPA e a SUREHMA.

Eu gostaria de lembrar ao nobre Deputado, que foi graças à Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, em que os Deputados, chamando todos os segmentos da sociedade paranaense através das cooperativas, sindicatos, levaram estas propostas à Secretaria da Indústria e Comércio que, prontamente, convocou a ACARPA e a SUREHMA para que, conjuntamente, discutissem o zoneamento para implantação das microdestilarias, como também o destino do vinhoto que no programa inicial não havia.

Portanto, só para fazer este reparo, da grande participação que teve a Assembléia Legislativa para que viesse melhor atender o produtor paranaense.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Agradeço a colocação do Deputado Sabino, que veio em boa hora para demonstrar que a Assembléia Legislativa, conforme nós já afirmamos, através da sua Comissão de Agricultura, hoje tão bem presidida pelo companheiro engenheiro agrônomo Sabino Campos, teve também a sua participação e propiciou oportunidades para

que esse programa de microdestilarias do Paraná fosse mais amplamente debatido e algumas posições que estavam ainda incompletas, pudessem ainda ser corrigidas.

Concordo com a colocação do Deputado Sabino Campos, que vai de encontro com a nossa preocupação, quando um problema já amplamente discutido e debatido, inclusive com a presença do Dr. Waldo naquela ocasião, e que tomou linhas mais definitivas e mais corretas a partir daquele momento, continua, veja bem, novamente execrado, massacrado em discursos, desse nosso colega de bancos escolares.

Antes de encerrar, concedo aparte ao Deputado Donato Gulin.

O Sr. Donato Gulin — Agradeço a Vossa Excelência e quero dizer que perdão o Deputado Osvaldo Alencar Furtado, por não ser paranaense de origem, mas sim de escolha, aliás até, um privilégio a pessoa poder escolher o seu Estado como o local de se viver.

Quero lembrar ao nobre companheiro que ele não é obrigado a conhecer a história do Paraná, de saber que o Paraná foi criado e desenvolvido através do ramo madeireiro e após a passagem do madeireiro é que veio a agricultura para o Paraná.

Se realmente fosse feito o que ele pensa, de se plantar duas árvores a cada uma que se arranca, no Paraná não teria lugar para paranaense, porque seria uma floresta.

Lembro-me que, logo após o meu nascimento, quando cresci aqui em Curitiba, que toda a região, inclusive onde ele mora hoje, no Bairro Boa Vista, era completamente coberto de florestas e eu pergunto a Vossa Excelência: já imaginou se não se pudesse cortar árvores, onde é que nosso companheiro Deputado iria morar? Onde é que ele iria colocar a sua casa?

E isto foi feito não somente em Curitiba e na Região Metropolitana, mas como em todo o Paraná. E para concluir, nobre Deputado, dizer que a indústria madeireira colaborou com este Estado e com o progresso deste Estado.

Nós devemos agradecer ao madeireiro, pelo seu espírito criativo, pelo seu espírito idealizador, pelo seu espírito progressista, mas, principalmente, pelo seu espírito de bandeirante. Quando tudo está fechado, quando não há condições de se explorar região nenhuma, chega lá primeiro o madeireiro, para abrir as primeiras clareiras que darão oportunidade ao nascimento e crescimento das novas e grandes cidades que hoje existem no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, já é tempo do Presidente dos engenheiros agrônomos do Paraná, preocupar-se com o comportamento que alertamos desta tribuna.

E deixo patenteado, mais uma vez, que nunca fomos e esperamos nunca sermos contrários aos engenheiros agrônomos do Paraná. Porque assim sempre foi a nossa conduta de trabalhar em conjunto com essa classe e com a nossa, dos médicos veterinários e demais outras que se somam na defesa do meio agropecuário paranaense e nacional.

Apenas não gostaríamos de nos somar e compactuar com idéias muitas vezes radicais e com posições muitas vezes pessoais, de pessoas que não pensam em somar, pensam apenas em dividir, ou diminuir o trabalho e o progresso do nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nem sempre a vida política pode trazer ao parlamentar a alegria e a condição de poder dizer a frase — DEVER CUMPRIDO.

Por mais de vinte anos vivemos momentos conturbados, momentos em que nem sempre o bom-senso imperou nas decisões dos homens que detinham o poder de fazer mudar a história. Faltou bom-senso ao então Presidente Goulart em não perceber que o continuismo de sua política aplicada desde o tempo do Ministério do Trabalho, não estava mais sendo engolida pelas sociedades fundiárias. E aconteceu a “redentora revolução”.

Faltou bom-senso ao primeiro governante militar do movimento armado de 64, ao deixar o crescimento desenfreado do então Ministro do Exército, que redundou em sua chegada ao Palácio Alvorada, e o Brasil presenciou o mais corrupto dos governos militares da quartelada de 64.

Faltou bom-senso e um pouco de desapego ao cargo de parlamentar dos membros do Congresso Nacional, em não clamarem por mais justiça no período Médici, espaço de tempo em que tantos brasileiros sumiram nos calabouços das prisões militares.

Faltou bom-senso ao povo brasileiro em votar em candidatos da antiga ARENA, que só serviam e serviram aos srs. todo-poderosos que dominaram esta Nação brasileira à base de balas e baionetas.

Durante todos esses anos de repressão, não conseguimos perceber um ato sequer de conjunto de todos os brasileiros que pudéssemos dizer que fosse um ato de bom-senso. Mudamos nossa política econômica por três vezes e só conseguimos fazer crescer a nossa dívida externa da casa dos três para os 120 bilhões de dólares. Falseamos o “bum” da Bolsa de Valores, e levamos à bancarrota a quase totalidade dos investidores. Promovemos o crescimento do parque industrial através de empréstimos em moeda estrangeira e levamos nossas indústrias à falência.

Criaram o Banco Nacional de Habitação para dar maior rentabilidade aos depósitos do Fundo de Garantia e desenvolveram a política habitacional e conseguiram falir a segunda e não legalmente a primeira. Desenvolveram a telecomunicação e através dela massificaram o povo com suas filosofias de quartéis e de contenção à inteligência nacional. Muraram o sorriso e a espontaneidade do brasileiro pelo choro e o atrelamento às coisas pré-estabelecidas.

E por todo este tempo, não conseguimos ver prevalecer o bom-senso que pudesse determinar caminhos diferentes, soluções alternativas, medidas saneadoras. Só percebemos, Sr. Presidente, o continuismo, apaniguamentos, acomodações e o distanciamento das classes, o rico cada vez mais rico, o pobre cada vez mais pobre, as famílias brasileiras se deteriorando física e moralmente, na tentativa de sobreviver nos parâmetros de cruzeiros curtos e sobrevivência cara.

E a cada eleição, novas esperanças renasciam no interior de cada um, acreditando que mudanças aconteceriam, as palavras de palanque cada vez mais promissoras, cada vez mais incentivadoras e animadoras por dias melhores, mas a velha história se repetindo, que a política é assim mesmo — acabadas as eleições, esquecidas as promessas.

E continuamos na ponte das esperanças, à espera dos pássaros das ilusões, no aguardo de mudança de mentalidade,

no aguardo de novos e verdadeiros líderes políticos, no aguardo, Sr. Presidente, de ~~menas~~ mentiras e mais verdades.

Era isso. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, por oito minutos.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Mesmo sabendo dos problemas que irão enfrentar, especialmente em relação aos aspectos jurídicos, burocráticos e diplomáticos, líderes empresariais do Paraná, estão tomando uma iniciativa que, em nosso entender, deve ter o total respaldo da classe política.

Acaba de ser criado, a nível estadual, o Comitê Brasileiro Pró-Criação do Mercado Comun Latino-Americano. Tendo como exemplo a luta dos pioneiros para a concretização do Mercado Comun Europeu, só oficializado em 1950, mas com as sementes plantadas uma década antes, os empresários de nosso Estado desejam que os países da América Latina passem a ter sua liberdade econômica que representará, mais adiante, a liberdade política.

Atualmente, dívida, inflação e baixo crescimento são as marcas registradas da América Latina, submetida às regras ditadas pelo FMI. O reflexo disso é representado pelo crescimento econômico de apenas 3 por cento nos últimos quatro anos, índice que reflete diretamente na qualidade de vida dos povos deste subcontinente.

Há ainda outros números que mostram a triste realidade dos países americanos. Neles vivem 307 milhões de habitantes — excluindo Caribe e América Central — e existe uma taxa de expansão de 3,5 por cento ao ano, uma das mais altas do mundo. No ano passado, o Produto Interno Bruto cresceu apenas 0,2 por cento.

Analisando este triste quadro e pensando na integração do continente latino-americano é que o empresariado paranaense está mobilizado pela criação do Mercado Comun Latino-Americano. A instituição surgiria também para ocupar o espaço das Associações de Livre Comércio Latino-Americano — ALALC, órgão criado para promover esta integração que, em 1980, viu vencer seu prazo para cumprir esse objetivo e hoje já é fato consumado a dispensabilidade daquele órgão.

O Mercado Comun Latino-Americano teria como objetivo reforçar o desenvolvimento de nível de vida dos países abrangidos, a ampliação de suas relações com o resto do mundo, e em especial, a integração dos países visando o fortalecimento deste sub-continente, principalmente na esfera econômica.

Hoje, a dependência que mantemos em relação aos países desenvolvidos é uma constante. Hoje, porém, face a uma nova e rápida tecnologia valorizando as grandes dimensões, devido ao despertar de novas potências econômicas, frente às dificuldades e em virtude ainda, da necessidade urgente de relações mais satisfatórias com estes países em vias de desenvolvimento, a constituição de um conjunto integrado econômico Latino-Americano constituiria, para esses países, a garantia de sua prosperidade, ao mesmo tempo em que favoreceria a organização, no resto do mundo, de uma nova ordem econômica.

Acreditam os empresários paranaenses, como também nós, que na conjugação das necessidades econômicas de hoje com a existência de uma vontade política é que reside o motor do progresso comunitário.

Desejando que este embrião lançado em solo paranaense se desenvolva e atinja, brevemente, todos os demais países que integram o solo da América Latina, queremos registrar nos Anais desta sessão um voto de congratulações aos empresários Altavir Zaniolo, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Miguel Zattar, do Cexpar; Mário Stadler de Souza, da Federação da Agricultura; Renê Gomes Nápoli, da Federação do Comércio e Carlos Alberto Pereira de Oliveira, da Associação Comercial do Paraná.

Estão sendo eles os pioneiros na luta pela organização de uma unidade latino-americana que não ficará, temos certeza, restrita apenas à área comercial, mas atingirá todos os demais setores da vida deste subcontinente".

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, por oito minutos.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acredito em Deus; o Deputado Erondy Silvério nem tanto. Por isto, dizia-me em aparte, outro dia, que eu não precisaria invocar o apoio ou o prestigiamento de Deus para evitarmos o aumento das taxas do DETRAN.

Mas, acredito em Deus, fiz minha prece e ele me ouviu. Porque as taxas do DETRAN não serão reajustadas este ano. Através do nosso Governador, posso dizer e tranquilizar ao ilustre Deputado Erondy Silvério: sempre é bom invocar a Deus. Mas um dos principais motivos, ou o principal motivo que me traz hoje a esta tribuna, é exatamente para repor a verdade da realidade política, dos Deputados peemedebistas que defendem as eleições diretas. E, para colocar a verdade, devo dizer a este Parlamento: — Sou Delegado à Convenção Nacional do meu partido, e por ele não fui convocado para dizer se apoiava, ou não, a Aliança com a Frente Liberal, ou tida como Liberal.

Quando critico os "Sarneys" e os "Neys Bragas" da vida, é uma posição coerente com todo o nosso passado de militância política. O povo do Paraná já disse basta a Ney! O povo do Brasil já disse basta ao PDS! Em 25 de abril, desta mesma tribuna, dizia que se não fosse aprovada a Emenda Dante de Oliveira, poderíamos convocar a Nação para o enterro do PDS. O PDS derrotou as eleições diretas quando não aprovou a emenda Dante de Oliveira. Este ônus cabe ao PDS, que deveria assumir. A nós outros, que nos posicionamos permanentemente em favor das diretas, que combatemos os "Sarneys" da vida, como dizia ontem, ladrão do suor do trabalhador do seu Estado, conivente com todas as mazelas praticadas nestes vinte anos contra o Brasil e contra o povo brasileiro, devo dizer que continuo defendendo as eleições diretas e chamando o Colégio Eleitoral de imoral, ilegítimo e espúrio.

O nosso partido, infelizmente, não convocou o Diretório Nacional, para através pelo menos dos seus delegados, se posicionar, tomar uma posição, que realmente, aproximadamente, externasse o pensamento das bases do PMDB do Brasil.

Delegado à Convocação Nacional, não recebi nenhuma convocação para dizer se sou a favor ou não. Por isto, continuo dizendo: —Sou a favor da Nação brasileira por eleições diretas! Onde a Nação, através da sua população consciente e amadurecida, poderia escolher o seu Presidente num pleito

democrático, através do voto secreto e universal.

Continuo dizendo que não aceito que me chamem de incoerente, porque não sou. Submeter-me-ia a uma decisão do Diretório Nacional, se ele tivesse se reunido. Não se reuniu. Por isto mesmo, como um operário-Deputado, um Deputado-operário, falo exatamente o que a Nação falaria, se pudessem todos usar de uma tribuna: — a Nação deseja escolher o seu Presidente, assim como Curitiba deseja escolher o seu Prefeito. Depois de vinte anos de obscurantismo, depois de vinte anos de cerceamento das liberdades mais sagradas e do cerceamento do direito civil do povo brasileiro, esta Nação precisa, verdadeiramente, se reencontrar com sua predestinação democrática e libertária.

Não se subjuga um povo eternamente e a Nação brasileira haverá de arrebentar os grilhões dos jogos de cúpula que se fazem em todos os partidos, para adquirir uma consciência verdadeira de Nação e povo.

O povo tem sido apenas o trem do sofrimento, do sacrifício e do pagamento, paga tudo, somente o povo tem pago.

Esses 20 anos de obscurantismo, parece que anestesiou e colocou na alma dos políticos, a insensibilidade para com o povo de uma Nação sofrida, de uma Nação judiada, de uma Nação que tem sido relegada, para se favorecer os grupos econômicos que fizeram do nosso Brasil a terra deles e não a terra de todos nós.

Concedo aparte ao Senhor Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati - Parabenizo Vossa Excelência pelo pronunciamento, nobre Deputado Alencar Furtado, e a nossa torcida, a nossa expectativa, é para que hoje o Supremo Tribunal Federal, dê provimento ao recurso impetrado por Orestes Quércia e o Senador Severo Gomes, contra a decisão da Mesa do Senado, que considerou arquivada a emenda Dante de Oliveira que restabelece as eleições diretas.

Se o Supremo acolher o recurso de Quércia e de Severo Gomes, estará devolvendo ao povo o direito de votar no seu Presidente da República, que eu entendo que é o desejo de Vossa Excelência e da maioria da Pátria brasileira.

Então, vamos torcer para que o Senado dê provimento e devolva então este direito que nos foi tirado.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Agradeço ao ilustre Deputado e também continuo na expectativa de que dentro em breve possamos convocar a Nação para escolha do Chefe Maior do Brasil, o Presidente da República.

Não compactuo e não compactuarei e jamais poderia compactuar, mesmo sabendo que o meu partido empalma nacionalmente, e vai nacionalmente ao Colégio Eleitoral. Eu continuarei dizendo, o Brasil precisa votar, precisa praticar o exercício da democracia, para se aperfeiçoar.

A ditadura matou ou atrofiou o progresso da América Latina, a ditadura, e é bom que se frise, a ditadura e os militares, homens todos, da pequena e média burguesia latino-americana, distanciados dos problemas populares, sem convivência com as necessidades, com os reclamos e com os anseios e angústias de todo o povo latino-americano, os militares fizeram deste continente um submundo, mas a Nação desperta, conclama e invoca a todos, até aos militares, para todos nós civis e militares trabalharmos democraticamente, respeitando as idéias e os pensamentos contraditórios que todos nós possuímos, uns para com os outros.

Mas, possuímos em comum, com amor a Pátria, o desejo

sacrossanto de que esta Nação realmente se conduza e se una no cenário das Nações.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado e concede-lhe mais um minuto para concluir seu discurso.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Obrigado, Senhor Presidente.

Então, o pensamento nosso, é de colocar a nossa verdade, para que todos conhecessem a realidade dos fatos. E o povo tomasse conhecimento, para não compactuar com decisões de cúpulas partidárias, que não ouvem as suas bases, que não ouve a Nação. Esta Nação que não foi ouvida durante 20 anos, haverá de ser ouvida daqui para a frente, porque nós havemos de denunciar todos os conchavos e acordos de cúpula, que ferem os interesses do povo e da Nação brasileira.

Obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Usará da palavra o Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há pouco, o ilustre Deputado Antônio Annibelli, exaltou da tribuna deste Poder a decisão ontem tomada, pelo Tribunal Superior Eleitoral, ao se manifestar sobre o instituto da fidelidade partidária.

Em pronunciamentos públicos, o Senhor Tancredo Neves, que é o candidato do PMDB à Presidência da República, tem censurado o instituto da fidelidade partidária, nesta ocasião. Tenho para comigo, que fidelidade se impõe pela consciência e não através de mecanismos legais. Nem todos, no entanto, pensam desta maneira, e exercitam a fidelidade que deveriam ter, para com os seus partidos, de acordo com este preceito. Tão somente para trazer a este Poder, um posicionamento que revela o murismo do Senhor Tancredo Neves, quero registrar nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, uma notícia divulgada pelo "Jornal de Brasília", do dia 27 de setembro, de 1978. "Dizíamos então, à sucessão do Presidente Ernesto Geisel. O MDB lançava como seu candidato, batizado de anti-candidato, um general do Exército Brasileiro, de nome Euler Bents Monteiro. E a ARENA, lançava como seu candidato à Presidência da República, o atual Presidente do País, João Figueiredo. A batalha eleitoral, se cingia aos votos dos membros do Colégio Eleitoral, Deputados Federais, Senadores. A Bancada Federal do MDB, era liderada à época, pelo Senhor Tancredo Neves, o mesmo candidato, de hoje, já do PMDB, à Presidência da República. Qual era o seu posicionamento, em 1978, do liberal de hoje, Tancredo Neves? O que defendia em 1978, o Senhor Tancredo Neves? Qual era a sua postura político-partidária, em relação aos seus companheiros de partido que iriam votar no Colégio Eleitoral? Sua Excelência pensava em 78, o que pensa hoje? A resposta eu não vou dar. Eu vou ler ...

O Sr. Antônio Annibelli - Vossa Excelência permite um aparte?

Eu lhe darei a resposta.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Eu vou ler, o que é que diz o "Jornal de Brasília". Aliás, o Senhor Antônio Annibelli é um liderado do Senhor Tancredo Neves ...

O Sr. Antônio Annibelli - Para grande honra minha.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Então, diz o seguinte, o "Jornal de Brasília". Leio, Senhor Presidente, Senhores Deputados: Manchete: "Tancredo quer que o Partido feche questão". - e diz a notícia do "Jornal de Brasília": "O Líder do MDB na Câmara, e um dos vice-Presidentes do Partido, Deputado Tancredo Neves, antes da reunião da Direção Nacional, com o General Euler Bentz e seus assessores, na residência de Ulisses Guimarães, disse ontem que iria sugerir "medidas drásticas", aos representantes da oposição que deixarem de comparecer às eleições presidenciais de 15 de outubro, ou não votarem no candidato oficial do Partido. O dirigente emedebista, declarou-se inclusive favorável à instauração de um processo sumário, de expulsão dos faltosos que, aos que disputarão as eleições parlamentares de 15 de novembro, sugeriu o cancelamento do registro".

O Senhor Tancredo Neves não se contentava apenas em punir aqueles que do seu partido votassem no candidato da ARENA, no cumprimento do mandamento legal, da fidelidade partidária. Ele queria impedir, autoritária e prepotentemente, que aqueles seus companheiros que não acompanhassem o pensamento do Partido, deixassem de ser candidatos, queria impedir que eles não fossem candidatos, numa dupla punição, que nem o Código Penal Brasileiro prevê para o mesmo delito.

Ele não só queria a punição partidária para o infiel, mas queria também que esses não fossem mais candidatos.

E, hoje, posa de liberal o Senhor Tancredo Neves, em todas as redes nacionais de televisão, nos jornais e tem por este País esparramados os seus ventríloquos que estão fazendo repercutir o seu posicionamento.

Já fiz questão de ressaltar no começo do pronunciamento que fidelidade se impõe pela consciência e não pelo mandamento legal. Mas, acho oportuno, Senhor Presidente e Senhores Deputados que este Poder, que é o representante mais legítimo de toda a opinião pública do Paraná, não se deixe levar por esta enganosa pregação do Senhor Tancredo Neves, que se habituou na sua vida pública inteira, a falar de acordo com a preferência do auditório que o ouve. Consequentemente, vejam os riscos que este País está correndo, se dirigido, a partir de 15 de março, por este homem, pela falta de um posicionamento coerente, sincero, lógico, de profundidade ideológica e doutrinária. Porque, o que valia para o Senhor Tancredo Neves, em 78, não vale mais, hoje.

Pergunta-se: o que é que se pode esperar de um caráter tão volúvel? O que é que se pode esperar de um homem que vive em cima de posições dúbias, e que procura sobreviver dentro da política brasileira, com este "murismo" que nós precisamos abolir.

Eu lia hoje, ainda, uma declaração do Deputado Erondy Silvério, e dizia Sua Excelência que "deixar o PDS, não!" Entende as dificuldades do Partido, hoje, sim, mas deixar o Partido, não!

Certo, Deputado Erondy Silvério, como certos estão os companheiros todos do nosso Partido com assento nesta Casa, que se manifestam solidários com a posição nacional

do Partido.

E os depredadores da lei de ontem, são os que querem se reencontrar com a Nação, hoje!

Este é o registro que eu, por uma imposição de consciência, teria que fazer, para refutar o posicionamento do ilustre Deputado Antônio Martins Annibelli.

Concedo aparte a Vossa Excelência e, em seguida, ao Deputado Quiélse Crisóstomo.

O Sr. Donato Gulin - Agradeço o aparte de Vossa Excelência nobre Deputado, e acho que Vossa Excelência traz a esta Casa um assunto em boa hora. Primeiramente, porque nós entendemos que qualquer brasileiro que pretenda disputar um cargo eletivo, neste País, a primeira coisa que deve fazer é se filiar a um partido. E é o partido que o indicará candidato a este cargo eletivo, qualquer que seja. Porque, no Brasil, ainda não existe o candidato avulso. Ele é candidato de um partido. Após eleito pelo povo, por este partido, nós entendemos que este político pelo povo, por este partido, nós entendemos que este político assumiu dois compromissos irreversíveis: primeiro, com o partido que o indicou e o elegeu, e, segundo, com o povo que votou, dando condições a que ele chegasse ao cargo que ocupa.

Então, eu concordo plenamente com o posicionamento anterior do ex-Deputado Federal e ex-Senador, Tancredo Neves. Não consigo entender, como Vossa Excelência, como todos nós brasileiros não conseguimos entender o posicionamento atual. Mas, entendo, perfeitamente, como Vossa Excelência entende, que fidelidade partidária não precisa de lei, que fidelidade partidária é uma coisa natural e nata das pessoas e dos políticos, e que como nós chegamos hoje, a uma situação em que devemos eleger no dia 15 - de janeiro de 1985, o nosso candidato, o nosso Presidente da República, diria mais, cada partido deveria apresentar o seu candidato, porque não existe coligação partidária, ainda neste País. Então não se poderia de maneira nenhuma, o povo do Colégio Eleitoral votar num candidato que não fosse do seu partido, porque é uma questão de índole e de princípio que o eleito, o Deputado eleito deve votar no candidato apresentado pelo seu partido.

Era só Senhor Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Agradeço o aparte do eminente Deputado Donato Gulin, e quero dentro da linha de raciocínio de Vossa Excelência aduzir o seguinte: nas questões dos Delegados Estaduais ao Colégio Eleitoral é preciso que se estabeleça claramente uma distinção. Na verdade, não são Delegados das Assembléias Legislativas, são Delegados dos partidos majoritários nas Assembléias Legislativas.

Vejamos o caso concreto do Paraná. A Assembléia Legislativa do Paraná não se reuniu na escolha dos seis Delegados deste Estado ao Colégio Eleitoral. Fez a reunião, sim, a Bancada Majoritária neste Poder, que é a Bancada do PMDB; com o observador da Justiça Eleitoral o PMDB neste Poder indicou os seus seis Delegados partidários. Então, é mais do que evidente que é muito natural que se queira, realmente, a cobrança da lealdade partidária porque são delegados do Partido. O mesmo comportamento se quer para os Estados em que o PDS é majoritário nas Assembléias Legislativas.

Eu concedo aparte ao Deputado Antônio Annibelli.

O Sr. Antônio Annibelli - Deputado Airton Cordeiro, Vossa Excelência faz aí várias ponderações e várias alocações

a respeito do Colégio Eleitoral. O PMDB sempre foi contra o Colégio Eleitoral. Nós lutamos e fomos às praças públicas para que o povo pedisse e desse demonstrações que queria eleições diretas. Esse Colégio Eleitoral é espúrio, é ilegítimo, e continuo dizendo isto e meu Partido também continua dizendo isto. Nós não queríamos Colégio Eleitoral, nós queríamos eleições diretas, para que o povo pudesse, na sua maioria, escolher o Presidente da República. Vossas Excelências é que criaram o Colégio Eleitoral. Vossas Excelências eram maioria no Congresso Nacional que mantiveram o Colégio Eleitoral, e lá não compareceram para votar às eleições diretas, a Emenda Dante de Oliveira.

Deputado Airton Cordeiro, o Colégio Eleitoral, a eleição indireta, o voto aberto, foi criado pelo Governo de Vossa Excelência, pela ARENA antiga, para eleger Castelo Branco, e tinha Deputados e Senadores ameaçados de cassação de mandato, e me lembro muito bem; o Senador Nelson Maculan, do Paraná, votou em Castelo Branco para a vergonha do nosso Partido no Estado do Paraná. Na base da baioneta. Só que hoje o negócio inverteu. Vossas Excelências nem com voto aberto, nem com Colégio Eleitoral alterado pela representação igualando o Estado do Acre, do Piauí, do Rio Grande do Norte, do Paraná, Rio Grande, São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Quando estes Estados que seriam, e o FMI já previa e tinha certeza da vitória das oposições nestes Estados maiores, previa, neste Colégio Eleitoral fabricado, que as oposições fariam a maioria, também, no Colégio Eleitoral. Mas, com a maioria da ARENA e hoje PDS, foi alterado, e eu como Deputado Federal votei contra ainda, em Brasília. Foi alterado para que se igualasse em seis representantes de cada Estado da Nação, para que Vossas Excelências tivessem, ainda, uma maioria de 36 votos se não me falha a memória.

Porém, com a criação da Frente Liberal, essa maioria de Vossas Excelências acabou, e em acabando essa maioria, Vossas Excelências procuram, num desespero, depois de perderem a maioria no Senado, a maioria na Câmara dos Deputados, e após criarem o voto secreto, uma farsa também pela Mesa do Senado que é comandada por malufistas, era comandada por malufistas até a semana passada, mas o feitiço também virou contra o feitiço, como Tancredo Neves, e a maioria dos Delegados das Assembléias, com a adesão de todos os Governadores eleitos democraticamente pelo povo dos seus Estados, na sua grande maioria, optaram pela voz do povo brasileiro, que 90% queriam eleições diretas, e que querem eleger um Presidente, que tire o Brasil deste buraco, e dê esperanças a este povo, tão sofrido. Por isso, todos os argumentos foram virando, foram mudando, e hoje, ontem, aliás, o último recurso do PDS foi marcar uma reunião do Diretório Nacional, para depois de publicado em 8 dias fosse fechada a questão. Mas, graças a Deus talvez nem precise se realizar essa reunião do PDS, porque ontem o TSE, por unanimidade, contra o Procurador, que é um homem de confiança, e é comandado pelo Executivo, deu o seu parecer por unanimidade contra a fidelidade partidária; coisa que já existem 5 Presidentes eleitos por voto indireto, e nunca foi cobrada a fidelidade partidária, e hoje que Vossas Excelências tem a minoria, já se antevê a grande derrota, e "O Estado de São Paulo" diz que hoje seriam por 157 votos; não sei se está computado o voto da Senadora Eunice Miquilis, do Amazonas, que era a Chefe do Comitê Feminino do PDS Nacional, que aderiu ontem a Tancredo Neves, e aí muda o quadro Deputado Airton Cordeiro, e é diante deste quadro que nós iremos às urnas, não acreditando em fidelidade partidária; e Vossas Excelências se referiam

a Tancredo Neves, que há 5 anos atrás, se não me falha a memória, falava em fechar questão.

Veja Vossa Excelência como o seu Paulo Salim Maluf está atrasado 5 anos na História do Brasil, e ele hoje está querendo se agarrar a uma legislação, para ver se não perde a eleição. E nós na época, votamos, e eu para felicidade minha, votei no General Euler Bents Monteiro, para que não ocorresse o desgoverno que está aí, do Presidente João Batista Figueiredo.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Eu agradeço a Vossa Excelência, e apenas quero completar dizendo o seguinte, Deputado Antônio Annibelli: na verdade, Vossa Excelência faz uma acusação, agora, ao Deputado Paulo Salim Maluf, pretendendo absolver o Senhor Tancredo Neves. A atitude ditatorial foi do Senhor Tancredo Neves, que há 5 anos queria a expulsão sumária dos seus companheiros de Partido que votassem no candidato à Presidência do outro Partido, que era a ARENA, e queria mais, ele queria punir duplamente os infiéis, queria que esses não fossem mais candidatos pelo seu Partido; e então, eu coloco diante de Vossa Excelência apenas esse dilema; será que é possível acreditar em Tancredo, na companhia ainda mais do Senhor José Sarney?

Concedo o aparte ao Deputado Quielse Crisóstomo.

O Sr. Quielse Crisóstomo - Deputado Airtom Cordeiro, mais uma vez Vossa Excelência traz um tema da literatura política brasileira, que os Senhores representantes do PMDB não concordam, mas, não provam porque não concordam. Nas palavras do Deputado Annibelli, Vossa Excelência percebeu a dificuldade, apesar do tempo em que tentou encontrar argumentos para isso, para justificar a atitude de Tancredo Neves, e não encontrou.

O pensamento de Tancredo Neves, antes, era um, hoje, é outro. Mas não é somente o Deputado Annibelli que não encontra argumentos para dizer da política do PMDB nacional.

O Deputado que saiu da tribuna, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, foi bem claro, que, absolutamente o PMDB não tem programa, não tem diretrizes, não tem direção, não tem coordenação nacional. Porque, como coordenar, Deputado Airtom Cordeiro, este bando que forma a Frente Liberal? Isso, não é aglomerado político, isso é um bando, é uma Arca de Noé segundo o Deputado Erondy Silvério; jamais, nunca, em tempo algum, esses filósofos da literatura política nacional haverão de encontrar um ponto comum de apoio, nesse agrupamento. E disse muito bem, recentemente, o Deputado Annibelli, na televisão, quando perguntado pelo repórter:

- Como se sente junto com Ney Braga?

Ele disse:

- Sinto-me muito bem, porque nós sem ele, não poderíamos sobreviver.

Eu gostei da fraqueza. É um mal necessário - segundo o Deputado Annibelli.

"Sinto-me muito bem, porque sem ele não haveria condição de vitória".

O Sr. Antônio Annibelli - "Sem eles".

O Sr. Quielse Crisóstomo - "Sem eles", muito bem, Afonso Camargo, e etc., e Cia., e os "Sarney(s) da vida", quer dizer, os detritos do PDS, hoje são a ressurreição do PMDB nacional, são os mesmos que sepultaram a política nacional,

que haverão de colocar - se conseguirem colocar o PMDB, no Poder. Vossas Excelências se alimentam de detritos da política nacional, agarram-se em ortigas e guizos de cascavel, se necessário for, mas, querem chegar ao Poder! E o que farão com este pobre Brasil? Este é o nosso temor, Deputado Annibelli.

É por aí afora, Deputado Airtom Cordeiro - desculpe-me o tempo - que nós haveremos de escutar discursos memoráveis, nesta mesma tribuna, que haverão de mudar os termos dos mesmos oradores. Vamos gravar. A Taquigrafia da Casa nos servirá de testemunho para os desmentidos dos mesmos oradores que aqui estão defendendo temas indefensáveis nunca até defendidos por eles.

Obrigado, Deputado Airtom Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Eu que agradeço.

O Sr. Donato Gulin - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Airtom Cordeiro, queria aproveitar o ensejo do aparte que Vossa Excelência está concedendo, para, das palavras do Deputado Antônio Annibelli, dizer que, a pouco, o Colégio Eleitoral, ele disse, que o Colégio Eleitoral é espúrio; se é espúrio e eles, segundo as próprias palavras dele, têm 150 votos a mais do que o candidato do PDS, então, que, nenhum compareça ao Colégio Eleitoral, que inviabiliza a eleição, e, inviabilizando a eleição, nós iremos para a eleição direta.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, eu encerro dizendo que, nós do PDS do Paraná, aguardamos os compromissos do Senhor Tancredo Neves, com este Estado. Recusou-se a vir ao Paraná, por inúmeras vezes, e o Paraná não conhece os seus compromissos com este Estado!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O Sr. Antônio Annibelli - Eu só queria dizer que, através da Arca de Noé foi que a civilização humana persistiu, séculos afora!

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto a Liderança do PDS, se fará uso dos oito minutos restantes?

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Erondy Silvério, por oito minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Posso estar enganado, mas eu creio que nós assistiremos, daqui a pouco, na votação de requerimento de minha autoria que convoca, para prestar esclarecimentos, o Senhor Ivo Árzua Pereira e eu tenho essa convicção, dado o comportamento da Bancada do PMDB, nas votações anteriores, creio, nós assistiremos daqui a poucos instantes, Senhor Presidente, uma das mais evidentes demonstrações de intolerância, de opressão e de prepotência que podem ter registro, nos Anais desta Assembléia Legislativa, sentinela que deve ser, refúgio que deve ser, da democracia, do direito e da liberdade!

Os Senhores Deputados do PMDB rejeitarão o meu requerimento como já tentaram fazer, em duas sessões anteriores. Requerimento que pede a convocação, a esta Casa, do ex-Superintendente do IPE, Ivo Arzua Pereira. Requerimento cujo objetivo era o de oferecer um homem injustamente acusado, o direito de vir aqui, pessoalmente, defender-se. O

ilustre paranaense Ivo Arzua Pereira, acusado levemente pela CPI da Corrupção, órgão de vedetismo político de vendas e de demagogia, atacado na sua honorabilidade pelos pichadores da moral alheia; o ex-Superintendente do IPE se dispôs insistentemente a vir a esta Casa, não propriamente fazer a sua defesa, porque o Paraná inteiro conhece, mas acreditando que os seus detratores não temessem o juízo da própria consciência.

O Sr. Sérgio Spada — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O meu tempo é curto e eu não posso dar apartes. Desculpe-me o nobre colega, mas no encaminhamento da votação, Vossa Excelência pode falar o que bem entender.

O que é que vimos, Sr. Presidente? O que vimos? Uma das mais evidentes demonstrações de intolerância, de prepotência e de opressão, que podem ter registro nos Anais de uma Assembléia Legislativa, o que por natureza, deve ser o contrário: a viga mestra e o baluarte da democracia e da liberdade. À sombra e ao abrigo da Bancada Majoritária, acomodada-se a CPI para, juntos, se refestelarem no banquete de suas inopinadas retaliações. Aqueles mesmos que no palanque, em 82, pregavam a democracia, são os que agora, no poder, praticam a violência e o arbítrio.

Muito parecidos com aqueles que clamam pela liberdade, justamente para negá-la e para destruí-la.

“Democracia”, “liberdade”, “moralidade”, “justiça”, são palavras ricas de conteúdo, mas quando vividas integralmente, independente de circunstâncias e de interesses pessoais, palavras sagradas que não podem, impunemente, ser manipuladas aleatoriamente, como búzios jogados ao povo pelo fetichismo político.

Que democracia é esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que termina no exato momento em que terminam os interesses e as vantagens da Maioria?

Que democracia é essa em que a dissensão e o desacordo devem ser calados? Não entendo que democracia é essa que se nega a ouvir e acrescento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, torna-se inconcebível, deprimente, que ainda se propugne pela instalação de uma tribuna livre nesta Casa, uma tribuna do povo, quando ironicamente se cerceia a palavra de um dos filhos mais diletos de nosso Estado, que há oito meses vem tentando ser ouvido por esse Poder, frente a frente com os seus detratores.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Ora, por favor. Eu já disse que não vou conceder. Vossa Excelência tem a discussão do requerimento; eu não tenho tempo.

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu exijo respeito.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa está com a palavra.

A Mesa volta a solicitar dos Srs. Deputados que pretendem apartear o orador que se encontra na tribuna, que o façam regimentalmente.

Está com a palavra o Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — E que inimigo é esse, Sr. Presi-

dente, que deve ser barrado à porta da Casa do povo? Que perigo ele representa à instituição para acordar de repente o diligente zelo da Maioria? De que armas ele vem equipado que desperte o temor e a reação da Maioria?

Sr. Presidente, se Vossa Excelência se dispuser a descontinuar, porque o meu tempo está esgotando, eu concederei apartes tantos quantos forem necessários.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa não tem como descontar o tempo de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então, me perdoem Vossas Excelências.

Eu repito a pergunta: de que armas viria equipado a este Poder o Sr. Ivo Arzua Pereira? Pois esse homem vinha apenas falar, vinha apenas para ser ouvido. Acompanhava-o somente a sua palavra. Mas ele seria imbatível, porque ele trazia aquele grande sentido que o grande Rui deu à palavra, ao chamá-la de “instituição divina”, capaz de sobrepujar todas as outras quando aliada à suprema onipotência da verdade.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, Nós dialogamos com o Excelentíssimo Sr. Líder da Bancada da Maioria, dialogamos com os vice-líderes, com o Sr. Presidente, o Sr. Ivo Arzua Pereira, na presença do Presidente desta Casa, telefonou ao Governador do Estado para que o Sr. José Richa conversasse com os Srs. Deputados, para que o permitissem vir a esta Casa desfazer todas as acusações caluniosas, tendenciosas, que se fizeram contra ele no capítulo da CPI da Corrupção referente ao Instituto de Previdência e Assistência do Estado.

Frustrado pelos seus esforços, foi desconvoado por um requerimento que já existia há oito meses na Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado e concede um minuto para concluir.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, neste minuto eu quero pedir escusa aos Deputados que me apartearam, por eu não saber que dispunha de tempo e neguei o aparte.

Mas, resta-nos, Sr. Presidente, o conforto que fica definitivamente desmascarada perante a opinião pública a falsa pregação dos pseudos missionários da democracia e da moralidade política em nosso Estado.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Antes, porém, a Mesa registra com satisfação as presenças em Plenário, dos Srs. Vereadores Antônio Pavão, Líder do PMDB na Câmara Municipal de Jardim Alegre, e Marlene Zani, da Câmara Municipal de Curitiba.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, devidamente apoiado. — À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/83, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que estabelece critérios de semestralidade para o reajuste das taxas referentes aos serviços públicos estaduais e dá outras providências. Com Parecer Favorável e Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. E com Parecer Favorável da C.F. ao Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 240/84 (Mensagem n.º 192/84), PROPOSTA DO ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ESTADO, para o triênio 1985 a 1987. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 50/83, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de KALORÉ, o imóvel de propriedade do Estado, que especifica. — **Aprovado.** (Public. no D.A. 49, de 16/05/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 86/83, que estabelece código de uso do solo agrícola para o Estado do Paraná e dá outras providências. — **Aprovado.** (Public. no D.A. 70, de 21/06/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 120/84, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de CASTELO BRANCO, o imóvel de propriedade do Estado, constituído da data de terra número 09, da Quadra número 13, com área global de 957,00m², e localização que especifica. — **Aprovado.** (Public. no D.A. 43, de 23/05/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 156/84, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL SÃO VENDELINO DA PARÓQUIA DO ESPÍRITO SANTO, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.** (Public. no D.A. 60, de 26/6/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 161/84, que declara de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA FÉ E CARIDADE, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.** (Public. no D.A. 62, de 28/06/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 165/84 (Mensagem n.º 136/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de MANDAGUARI, data de terras n.º 20, da Quadra n.º 5, havido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 7238, do Livro 3-B, de Transcrições do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana, conforme especifica. **Aprovado.** (Public. no D.A. 65, de 01/08/84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 166/84 (Mensagem n.º 131/84), que objetiva dar nova redação ao Art. 2.º, da Lei n.º 7169, de 18/06/79, a fim de que o Conselho Estadual de Esporte volte à sua antiga denominação de CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS. — **Aprovado.** (Public. no D.A. 65, de 01/08/84, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 167/84, (Mensagem n.º 132/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de PORTO VITÓRIA, um terreno com área de 2.700,50m², adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 8911, do Livro 3-I, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, na forma que especifica. **Aprovado.** (Public. no D.A. 65, de 01/08/84, Mensagem).

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 227/84, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que denomina ESCOLA PROFESSORA TEREZINHA GRESCZUK LUPPI, a Unidade Escolar construída no Jardim Santa Lúcia, Segunda Parte, no Município de Paçandu. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 249/84, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que denomina RODOVIA JÚLIO ZACHARIAS, a Rodovia PR-555, que interliga a BR-376 à PR-559, passando pelas sedes dos Distritos de Barão de Luceña e Nova Bilac, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que dispõe sobre participação discente nos Conselhos Universitários e nas Congregações das Universidades e Faculdades Estaduais, na forma que especifica. Com Parecer Favorável e Emenda Supressiva da C.C.J., por unanimidade. e com Parecer Favorável da C.E. à Emenda Supressiva da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Public. no D.A. 42, de 22/05/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 106/84

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Sérgio Spada, tem por objetivo dispor sobre a participação discente nos Conselhos Universitários e nas Congregações das Universidades e Faculdades Estaduais.

Convertido o processo em diligência à Secretaria da Educação, foram prestadas as informações em anexo, ressaltando-se a da Diretora do DAU de que “a determinação de número de representantes já consta dos Estatutos e Regimentos das Instituições de Ensino Superior, considerando o número máximo permitido por lei”.

Assim, o parecer é favorável com a ressalva da emenda em anexo, consoante a manifestação supra referida.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 106/84 EMENDA SUPRESSIVA

“Suprima-se o § 2.º do Art. 1.º”.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

Apoio: AUGUSTO CARNEIRO, BASÍLIO ZANUSSO,
AMÉLIA HRUSCHKA, TADEU LÚCIO MACHADO,
CAÍTO QUINTANA, IVAN GUBERT e HERMAS BRANDÃO.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI N.º 106/84

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Sérgio Spada, traz em seu corpo, dispositivos de elevada abrangência no que tange à participação do corpo discente em Conselhos Universitários e Congregações das Universidades e Faculdades Estaduais, evidenciando a preocupação daquele Parlamentar com o pequeno envolvimento dos estudantes em decisões

dessas Instituições de Ensino Superior.

Considerando o acima exposto, bem como o conteúdo da Informação número 22/84, da Secretaria de Estado da Educação, com referência ao mesmo projeto, o qual afirma que o plano de lei estaria de conformidade com a legislação federal sobre o assunto, o nosso parecer é favorável, ressaltando-se o § 2.º do Art. 1.º.

Solicito o apensamento do Projeto de Lei n.º 37/84 a este, em razão de versar sobre o mesmo assunto.

Sala das Comissões, em
(aa) TADEU FRANÇA — Presidente
RUBENS BUENO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/84, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 124/84), que objetiva estabelecer em consonância com a Legislação Federal pertinente, normas para fixação e cobrança da remuneração devida à Junta Comercial do Paraná, pela execução dos serviços do Registro do Comércio, na forma que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. E com Parecer Favorável da C.F., por maioria. — **Aprovado.** (Public. no D.A. 65, de 01/08/84, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 163/84

PARECER:

Originário da Mensagem Governamental n.º 124/84, o presente Projeto de Lei 163/84, objetiva estabelecer, de acordo com a legislação federal, normas para a fiscalização e cobrança da remuneração devida à Junta Comercial do Paraná, pela execução dos serviços de Registro do Comércio e atividades afins.

Conforme se depreende dos termos da bem fundamentada justificativa constante do bojo do processado, a matéria é da competência do Poder Executivo Estadual, portanto, o faz em caráter supletivo, tendo em vista o disposto no art. 3.º, do Decreto-Lei n.º 2056, de 19 de agosto de 1983.

Considerando que a sistemática anterior não se compatibiliza com o sistema estabelecido pelo citado Decreto-Lei Federal, que deixou para cobrança de valores remuneratórios dos serviços do Registro do Comércio com base no valor das ORTNs do mês de dezembro de cada ano, justifica-se a adoção das tabelas ora apresentadas.

Quanto ao aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos óbice que possa impedir sua tramitação normal por esta Casa.

Nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
ERVIN BONKOSKI — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 163/84

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.º 124/84, tem por objetivo fixar normas para cobranças por serviços prestados pela Junta Comercial do Paraná.

Objeto de apreciação pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a presente proposição mereceu parecer favorável sobre seu aspecto legal e constitucional.

No que deve se manifestar esta Comissão, temos que a justificativa que acompanha o anteprojeto de lei, dá conta da necessidade de se adequar, a Legislação Federal, às normas para fixação e cobrança da remuneração devida à Junta Comercial do Paraná, pela execução de Serviços do Registro do Comércio e atividades afins.

Assim sendo, e não encontrando nenhum óbice que possa obstaculizar a tramitação do presente projeto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1984.
(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente
ANTÔNIO ANNIBELLI — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública O CLUBE DAS MÃES, com sede e foro no Município de Chopinzinho. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Public. no D.A. 66, de 02/08/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 172/84

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "Clube das Mães", com sede e foro na cidade de Chopinzinho.

Encontra-se o processado devidamente instruído, com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei 6994, de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence de sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1984.
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
NELSON BUFFARA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193/84, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SANTO ANTÔNIO, com sede e foro na cidade de Campo Largo. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Public. no D.A. 75, de 20/08/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 193/84

PARECER:

Através do presente plano de lei, o ilustre Deputado Acir Mezzadri, pretende declarar de Utilidade Pública a Fundação Santo Antônio, com sede e foro no Município de Campo Largo.

A matéria já esteve em estudo nesta Comissão de Constituição e Justiça, quando do exame da documentação apresentada, constatamos a ausência do relatório de atividades da referida entidade.

Após diligência requerida por este relator, a proposta em exame retorna a esta Comissão, agora, atendidos todos os requisitos da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, está o processado em condições de continuar sua tramitação normal por esta Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável por sua aprovação.
Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
NELSON BUFFARA — Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197/84, de autoria do Deputado MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, que declara de utilidade pública a “MITRA ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA”, com sede e foro na cidade de Londrina. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.— (Publicado no D.A. n.º 77, de 23 de agosto de 1984).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 197/84

PARECER

Com a presente proposição o eminente Deputado Márcio José de Almeida pretende declarar de utilidade pública a “Mitra Arquidiocesana de Londrina”.

A matéria já esteve nesta Comissão anteriormente, e no exame da documentação apresentada, constatou-se a omissão do relatório de atividades da referida entidade (item I, da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978).

Tendo sido cumprido, agora, todos os requisitos legais, encontra-se o presente, em condições de ser aprovado por esta Casa.

Razão pela qual, somos favorável a matéria, opinando-se por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente;

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 200/84, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO PARANÁ”, com sede e foro na cidade de Londrina. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 77, de 23 de agosto de 1984.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 200/84

PARECER

De autoria do nobre Deputado Homero Oguido, o presente Plano de Lei pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Federais do Paraná, com sede e foro na cidade de Londrina.

A matéria já foi analisada anteriormente, quando se constatou a ausência de documentos comprobatórios exigidos pela Lei n.º 6.994.

Retorna novamente a esta Comissão agora, cumpridas as exigências supracitadas encontra-se a Proposição legalmente constituída.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de utili-

dade pública a “ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS SURDOS E MUDOS”, com sede e foro na cidade de Umuarama. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.— (Publicado no D.A. n.º 80, de 03 de setembro de 1984.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 204/84

PARECER

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado NELSON GUIMARÃES VASCONCELLOS, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS SURDOS MUDOS”, com sede e foro em Umuarama.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria — Lei n.º 6.994, de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 205/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o Poder Executivo doar ao BANESTADO S/A., o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado entre as esquinas das ruas 7 de Setembro e Barão do Rio Branco, na cidade de Wenceslau Braz, com área de 300,00 m², conforme transcrição n.º 9.083, do Livro 3-5, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 80, de 03 de setembro de 1984).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 205/84

PARECER

O projeto de lei em tramitação de autoria do ilustre Deputado Edmar Luiz Costa, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado ao Banco do Estado do Paraná, conforme especifica.

O imóvel é destinado à construção da sede própria do referido estabelecimento e ficará gravado com a cláusula de incommunicabilidade e impenhorabilidade.

Também, junto ao processo, a certidão de Registro de Imóveis.

A doação que se pleiteia é do Estado, para um órgão do próprio Estado.

Sendo assim, nada temos que possa obstar a normal tramitação do presente plano de lei pelos demais órgãos desta Casa, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206/84, de autoria

do Deputado JORGE MAIA FILHO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS - A.R.A.", com sede e foro na cidade de Marilândia do Sul. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 80, de 03 de setembro de 1984).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 206/84

PARECER

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Jorge Maia Filho, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras A.R.A., com sede e foro na cidade de Marilândia do Sul.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria — Lei n.º 6.994, de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua tramitação normal, por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade; razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

EZEQUIAS LOSSO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 209/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 166/84), que objetiva instituir, para os cargos de que tratam o Art. 34, da Lei n.º 7.424, de 17.12.80, e Art. 10, da Lei n.º 7.517, de 05.11.81 (PROFESSORES REGIONALISTAS E PROFESSORES SEM HABILITAÇÃO), 11 (onze) referências, na forma que especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 80, de 03 de setembro de 1984).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 209/84

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental o presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir para os cargos de que tratam o art. 34, da Lei 7.424, de 17 de dezembro de 1980 e art. 10, da Lei n.º 7.517 de 05/11/81 — (professores regionalistas e professores sem habilitação), 11 referências, conforme ocorre com os professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério e com a estrutura do sistema de classificação de cargos dos funcionários civis do Estado.

No âmbito de competência desta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, temos que a proposição em tela, quanto à sua iniciativa, conforme estabelece a Carta Magna de nosso Estado, e a do Chefe do Poder Executivo. (Arts. 25 e 47 da Constituição Estadual).

Quanto à sua oportunidade, esta está perfeitamente apresentada no teor da mensagem n.º 166/84 — que acompanha o Projeto de Lei.

Diante do exposto, e tendo em vista que não existe qualquer óbice, quer legal quer constitucional, que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1984.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente;
ERVIN BONKOSKI — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 209/84

PARECER

Encaminhado por sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, através da Mensagem n.º 166/84, visa o presente plano de lei instituir para os cargos de que tratam o art. 34, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980 e o art. 10, da Lei n.º 7.517 de 05/11/81, (professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério ocorre com os professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério e com a estrutura do sistema de classificação de cargos dos funcionários civis do Estado.

Alega o Chefe do Poder Executivo, que a medida ora proposta, além de consultar os interesses da Administração, estará ensejando condições de atender antiga e justa reivindicação daqueles professores que prestam inestimáveis serviços à coletividade.

A matéria, convenientemente apreciada pela douda Comissão de Constituição e Justiça, mereceu anuência para seguir o trâmite, de vez que encontra amparo na Constituição e nas leis.

Com relação ao aspecto financeiro da matéria, objeto da análise por esta Comissão de Finanças, temos que nada impede que o plano de lei em pauta mereça aprovação desta Casa, visto que o comportamento das finanças públicas estaduais se apresenta de molde a suportar os encargos decorrentes da lei.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI — Presidente e Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N.º 209/84

PARECER

O presente Projeto de Lei, oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade estabelecer referências para cargos abrangidos pelo Art. 34, da Lei 7.424, de 17/12/80 e pelo Art. 10, da Lei 7.517, de 05/11/81, na forma que especifica.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito de competência desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o seu mérito, temos que o objeto da matéria aqui tratada, visa atender a antiga reivindicação de professores regionalistas e sem habilitação, estabelecendo referências à idêntica semelhança dos demais professores do Quadro Próprio do Magistério, e com estrutura do sistema de classificação de cargos dos funcionários civis do Estado.

A proposição é das mais meritórias e justas, razão pela qual nos manifestamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 218/84, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ". com sede e foro no Município de

Paranaguá. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 84, de 10 de setembro de 1984).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 218/84

PARECER

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Márcio Almeida, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" de Paranaguá, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n.º 6.994, de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
NELSON BUFFARA — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 229/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 178/84), que objetiva criar, nesta Governadoria, os cargos isolados de provimento em comissão que especifica, bem como alterar a simbologia de cargos já existentes e da mesma natureza de provimento. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. E com pareceres FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— (Publicado no D.A. n.º 88, de 17 de setembro de 1984).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 229/84

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental o presente plano de lei tem por finalidade criar na estrutura da Governadoria do Estado os cargos isolados de provimento em comissão, conforme especifica, e dá outras providências.

De acordo com a justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, através da Mensagem n.º 178/84, a medida aqui apresentada consulta aos superiores interesses da Administração Estadual, principalmente os ligados aos setores da Governadoria do Estado, dotando-a de cargos essenciais e necessários ao bom desempenho dos serviços atinentes àquele importante segmento do executivo paranaense.

Nos termos legais e constitucionais a matéria aqui tratada é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, com referência à sua iniciativa (arts. 25, 35 e 47 da Constituição Estadual).

Com isso o plano de lei em tela se encontra em condições de ter a sua normal tramitação por esta Casa, já que inexistem óbices quer legais ou constitucionais que possam impedir a sua aprovação.

É o parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 229/84.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
ERVIN BONKOSKI — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 229/84

PARECER

O projeto de lei ora em exame, tem por finalidade criar, na Governadoria do Estado, os cargos isolados de provimento em Comissão, constantes do anexo integrante desta lei.

Sobre a matéria houve um pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito da competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre seu aspecto financeiro, temos que a matéria encontra respaldo dentro das reais possibilidades do erário estadual, não havendo assim, qualquer reparo que possa obstacularizar a sua normal tramitação por esta Casa.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI — Presidente e Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N.º 229/84

PARECER

O projeto de lei ora em exame tem por finalidade criar, na Governadoria do Estado, os cargos isolados de provimento em comissão, constantes do anexo integrante desta lei.

Sobre a matéria, pronunciaram-se favoravelmente as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, em análise dos aspectos legal, constitucional e financeiro.

No âmbito da competência desta Comissão de Recursos Humanos, temos que a matéria encontra respaldo dentro das reais possibilidades do erário estadual, não havendo assim, qualquer reparo que possa obstacularizar a sua normal tramitação por esta Casa.

Temos, ainda, que os cargos propostos no projeto de lei ora sob análise, são essenciais e necessários ao bom desempenho e funcionalidade da Governadoria do Estado.

Assim, nosso parecer é Favorável e opinamos pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1984.

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente
NELSON VASCONCELLOS — Relator

— Em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, a Bancada do Partido Democrático Social vota contrariamente a esta Mensagem do Poder Executivo.

Pretende, numa atitude inédita na administração pública contemporânea do Paraná, o Governador José Richa, criar, de uma única vez, duzentos e dezesseis cargos em comissão de livre provimento, ferindo os princípios éticos e morais com os quais se comprometeu o Governo do PMDB ao fazer as suas pregações antes e após as eleições.

Temos um requerimento solicitando a presença neste Poder, do Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Deputado Euclides Scalco. O objetivo do requerimento: a perseguição e a busca incessante de melhores informações sobre esta mensagem do Governador José Richa, pela estranheza que nos causa a iniciativa em si e o regime de urgência com que o PMDB quer aprovar esta matéria. Duzentos e dezesseis cargos comissionados, que redundam numa despesa, a custos correntes de hoje,

de 130 milhões de cruzeiros ao mês, ao erário público. Não sabemos os critérios que serão aplicados para o provimento desses cargos.

Disse o Deputado Nelson Vasconcellos, da tribuna desta Casa, que esses cargos serão ocupados por funcionários celetistas do Governo do Paraná.

Que tipo de mágica faz o Governo paranaense, para convencer funcionários celetistas a abrir mão de direitos como o 13.^o salário integral, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a aposentadoria pela Previdência Social, trocando estes benefícios de lei por cargos comissionados que não oferecem nenhuma estabilidade e nenhuma garantia, nenhuma vantagem além daquela estipulada no seu vencimento básico. Consequentemente, questiono e coloco sob suspeita os argumentos de que esses cargos serão ocupados por funcionários celetistas dos dias de hoje, porque não posso acreditar que esses funcionários celetistas abram mão dos seus direitos, a fim de poder ocupar cargo que nenhum direito vai lhes outorgar, nem mesmo o direito de defesa no momento em que forem demitidos pelo Governador, porque, tanto quanto a demissão, a admissão, a nomeação, ocorre pela vontade exclusiva da autoridade competente, no caso o Governador do Estado.

Quer parecer à Bancada do PDS que se trata de mais um artifício do Governo do PMDB, para recolher nos quadros do Poder Executivo, apadrinhados políticos seus, distribuindo fartamente cargos que, repito, custarão 130 milhões de cruzeiros hoje, ao mês, para o Governo do Paraná.

Mas, existe mais uma preocupação do PDS: que superestrutura pretende o Governador José Richa, lotando no Gabinete da Governadoria, além dos funcionários que hoje já existem no Palácio Iguaçu, mais 216 ocupantes de cargos de comissão? Para quê esta superestrutura? Se a idéia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é combater o desemprego, eu sugiro ao Governador José Richa e aos ilustres Parlamentares do PMDB a aprovação do projeto de lei de nossa autoria, que prescreve concurso público, que é a regra moralizadora para o serviço público da administração direta do Governo paranaense.

Mas não. Essa regra moralizadora não interessa nem as Suas Excelências os Srs. Parlamentares do PMDB com assento nesta Casa, nem mesmo ao Chefe do Poder Executivo.

Fica, portanto, registrada a posição contrária do PDS. Como Minoria, nos contentamos em marcar a nossa posição com o nosso voto contrário, porque não temos o poder de vencer o rolo compressor do PMDB. Mas, muito me agradaria sentir e ouvir, nos pronunciamentos e nas confissões de voto dos Srs. Parlamentares do PMDB, as razões pelas quais aprovam um projeto como este, de caráter profundamente imoral, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Que aberração seria, aqui, na Assembléia Legislativa, se há três anos passados viesse uma mensagem do Poder Executivo com este caráter, com este conteúdo? Imaginamos todos nós o que diriam os Deputados do PMDB, da tribuna desta Assembléia, se o ex-Governador Ney Braga, se o ex-Governador Hosken de Novaes, ou se um pouco antes o ex-Governador Jayme Canet Júnior, remetessem a este Poder mensagem criando de uma única vez, 216 cargos de preenchimento, cuja escolha livre do Governador nos induz a levantar a suspeita clara de que não haverá nenhum critério, que não o critério político partidário, para o preenchimento destes cargos.

Ficaremos atentos, sim, ao Diário Oficial, para saber quais serão os nomeados. Ficaremos atentos, sim, para saber quais

serão aqueles servidores que abrirão mão de suas prerrogativas da Consolidação das Leis do Trabalho, para optar por um cargo em comissão, que não dão nem o direito — repito, — de se defender na hora em que o Governador, autoritária e discricionariamente, pretender a sua demissão.

A Bancada do PDS vota contrariamente, com toda a tranquilidade, buscando a preservação dos valores morais do Paraná, valores que, infelizmente, estão sendo tragados por um Governo que assumiu um tipo de compromisso e que tem uma conduta completamente contrária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Batos) Está em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não nos agrada, sinceramente, fazermos encaminhamento nesta tarde, visto que o assunto ontem foi perfeitamente esclarecido no plenário desta Casa.

Faremos sim, porque o Deputado Airton Cordeiro, na sua eloquência, no seu desespero de tentar manter a imagem da oposição que faz nesta Casa sistematicamente contra tudo e contra todos, talvez até pelo descontrole emocional de perceber que suas imagens não são ouvidas pelo povo paranaense, talvez por perceber que seus comentários, seus monólogos, quase que diários, quando ainda os fazia na televisão, não despertavam a credibilidade daqueles que, assistindo, percebiam a tentativa de desestabilização de um Governo que tem se mostrado, em todos os índices de pesquisa, como sua principal virtude, a honestidade.

Ainda há poucos dias, ouvia de um Deputado, pelo qual nutro o maior respeito, de sua bancada, contestando as acusações contra Ivo Arzua, que teve na sua vida política a felicidade de conviver com três homens honestos: Ivo Arzua, Hosken de Novaes e José Richa.

Quando Vossa Excelência faz um exercício de números para mostrar valores na criação de cargos, esquece o que foi apresentado aqui ontem, para esta Casa, respondendo pedido de informações, de que o que se está trocando, se alterando, é o Quadro existente hoje no Palácio do Governo. Nós temos 90 cargos, representando 55,9 por cento dos funcionários ganhando até três salários mínimos, temos 64 funcionários, representando 39,8 por cento, recebendo de três a seis salários mínimos e nós temos apenas sete funcionários, representando 4,3 por cento, recebendo seis a oito salários mínimos.

O que se propõe, nobre Deputado, é a mudança, a reorganização dos Quadros do Palácio Iguaçu, que compõem, além da Casa Civil, da Assessoria do Governador, a Vice-Governadoria, a Casa Militar e a recém-criada Secretaria de Comunicação Social, para se criar 95 cargos comissionados de três salários, 96 de três a seis e 25, de seis a oito, totalizam os celetistas, 161 funcionários, totalizaram os comissionados 216.

Na verdade, está se criando, Deputado Airton Cordeiro, 55 cargos a mais dentro da estrutura, e nós devemos lembrar que os primeiros funcionários, os primeiros servidores a prestarem serviços no Palácio Iguaçu, foram lotados apenas com suporte da Lei 6636/64, portanto é evidente que se o Paraná cresceu, a dinâmica do Poder Público cresceu, não poderemos, de sã consciência, esperar que exatamente o cabeça, o Executivo, se mantenha preso, sem a possibilidade de expansão, de melhoria de seus quadros.

Ora, Srs. Deputados, no gabinete de cada Deputado desta Casa, temos três cargos comissionados, temos no Gabinete de cada Deputado três cargos comissionados e mais, eu acredito, na necessidade de fazermos política sem a contestação sistemática daquilo que se pretende fazer, não podemos admitir que no Palácio um cargo político dirigido pelo Governador do Estado seja de qualquer partido, tenhamos exclusivamente celetistas, para numa mudança eventual de Governador, ter que despedir celetistas e ser acusado de perseguição política, evidentemente o Governo do Estado, de qualquer partido, a ele não se pode cobrar, que venha administrar com os funcionários dos seus servidores mais diretos vinculados a outras agremiações políticas, isso é evidente e cabe na cabeça de cada um de nós, que somos políticos, porque não iríamos manter por exemplo um chefe de gabinete que não fosse da nossa estrita confiança.

Os cargos comissionados são cargos de confiança do Governador, porque optarão, Deputado Airton Cordeiro, não pode Vossa Excelência ser o censor, se eles vão optar ou não, é um direito de opção, a tentativa é a melhoria do salário do trabalhador lotado no Palácio Iguaçu, que não pode continuar sob pena alguma, nós que falamos tanto em remuneração, nós que pedimos tanto por melhores salários, nós que pedimos para se poder pagar condignamente aquele que trabalha no serviço público, venhamos querer continuar com 55,9 por cento do servidor do Palácio Iguaçu, ganhando até três salários mínimos, venhamos continuar com 39,8 por cento ganhando de três a seis, se nós queremos o bem do Estado do Paraná, se em tantas e tantas instituições deste Estado se procurou melhorar o salário, se recentemente se melhorou no Tribunal de Justiça, se agora mesmo está pedindo melhorias o Tribunal de Contas, se esta Assembléia melhorou o seu quadro, se nós queremos que o Governo do Estado do Paraná realmente dê prosseguimento ao trabalho de valorização do nosso Estado, e não do nosso Partido.

Nós temos que admitir da necessidade da reciclagem do funcionalismo do Palácio Iguaçu e isso não é defender o Governo, e isso não é simplesmente defender o pedido que aqui está pela Bancada Majoritária, é a lógica de reconhecermos para o Executivo, aquilo que estamos pedindo também para esta Casa, para o Legislativo, para o Judiciário e mais harmoniosamente todos os Poderes, poderemos cobrar as ações do Governo, mas darmos a ele, o instrumento necessário para que possa desempenhar o seu trabalho.

Por isso eu repudio a tentativa nesta Casa, de se falar em apadrinhamento político: não foi feito e não será. Os cargos serão preenchidos basicamente pelos mesmos funcionários; respeitem um direito líquido e certo seu, de todos os Deputados do PDS e dos próprios Deputados do PMDB, a acompanharem o Diário Oficial para poderem ver de que forma serão preenchidos e por quem será preenchido, sem lhes dar o direito de tentar ser censores e querer dizer ao Governador, a quem ele deva contratar para desempenhar funções no seu Gabinete, porque também não aceitamos a ingerência do Governo querer dizer quem deve ser contratado para fazer serviço comissionado nesta Casa.

Então, Srs. Deputados, é admissível, quando se faz a contestação crítica, direito legítimo das oposições, contra a arbitrariedade que queira praticar o Governo; é direito legítimo que a Oposição se rebele contra coisas que venham a prejudicar o desenvolvimento franco do seu Estado. Mas não é direi-

to, pelo menos conscientemente, se político é, contestarmos tudo e todos, na tentativa de procurar mostrar números imaginários, trabalhados, dando valores que não são verdadeiros, para tentarmos confundir sim, a cabeça do eleitor, do trabalhador comum, daquele que não se detém em números, que não chega até a realidade do fato, trazendo a distorção de fatos que não condizem com a verdade.

E Vossa Excelência falava há pouco que Governador nenhum, no passado, encaminhou a esta Casa pedido semelhante. Talvez não, em números, Deputado Airton Cordeiro, mas nesse caso, respeitando o direito que têm todos os Governos de melhorarem seus quadros, o Governador Jayme Canet Júnior, enviou a esta Casa um projeto seu, criando cargos no Palácio Iguaçu.

"A Primeira Secretaria recebeu, em -03 de outubro de 1978, mensagem assinada, endereçada ao então Presidente da Casa, Ivo Thomazoni, assinada pelo Governador Jayme Canet, que teve, nobre Deputado, em uma semana, o Parecer do Líder, Luiz Alberto de Oliveira, favorável...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Obrigado, Sr. Presidente. Só para concluir.

... e teve a votação favorável da Bancada do MDB, na época, em primeira discussão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação o Projeto de Lei n.º 229/84. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência que faça consignar na ata dos trabalhos, o voto contrário de toda a Bancada do PDS.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Já está registrado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 266/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE COLABORADORES DO CENTRO DE REABILITAÇÃO "SYDNEY ANTÔNIO", com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. (Public. no D.A. 10, de 09/10/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 266/84

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação de Colaboradores do Centro de Reabilitação "Sidney Antônio", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei 6994, de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à

sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
HERMAS BRANDÃO — Relator

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Apenas para retificar o pronunciamento do Deputado Caíto Quintana, em 78 o Governador não era José Richa e sim Jayme Canet.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa deixa de acatar a Questão de Ordem de Vossa Excelência, por não ter amparo regimental.

1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 266/84. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovado.**

A Mesa registra com satisfação a presença em Plenário, do Sr. Irineu Breginski, da Bancada Federal do PMDB do Paraná, como também a presença do Sr. Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, Sr. João Ferreira da Cruz.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Dietzel Krügger, ocorrido no dia 3 de novembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Justus, ocorrido no dia 3 de novembro do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Urbano Toniollo, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Urbano Toniollo, ocorrido no dia 06 de novembro do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Henrique Bley Zornig, ocorrido no dia 05 de novembro do corrente ano, em Campinas, Estado de São Paulo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ramae Sakae, ocorrido no dia 31 de outubro do corrente ano, no Município de Nova Esperança. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jacob Brandalize Neto, ocorrido no dia 4 de novembro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Irineu Bertani, ex-correligionário do Município de Pato Branco. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo fale-

cimento do Dr. Anísio Saboia, ocorrido no dia 01 de novembro do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alcides de Mattos, ocorrido no Município de Mirante do Paranapanema. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei 302/84, oriundo da Mensagem Governamental 226/84, que abre crédito especial ao Departamento Estadual de Transporte Oficial. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei 222/84, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental 175/84, que autoriza a concessão de gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e Procuradores junto ao mesmo Tribunal, bem como sua inclusão na Ordem do Dia. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de convite ao Engenheiro Ivo Arzua Pereira, para prestar esclarecimentos referentes à sua atuação junto à Presidência do IPE. — Em votação.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, a Bancada do PDS nesta Casa, solidária com as posições adotadas publicamente pelo nobre engenheiro Ivo Arzua Pereira, homem público que demonstrou sobejamente a sua condição de elevado espírito público, votará favoravelmente ao presente requerimento, e neste instante, lembramos as ponderações apresentadas da tribuna, pelo eminente autor, Deputado Erondy Silvério, que, sobejamente, demonstrou a oportunidade e a conveniência da convocação do engenheiro Ivo Arzua Pereira.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo informações sobre o que vem sendo feito para diminuir o surto no caso de febres infantis, como varicela, sarampo e catapora. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada denominada Noé Nunes de Medeiros, no trecho compreendido entre a comunidade São Vicente e a BR-277, em São Miguel do Iguaçu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo no sentido de que os funcionários contratados pelo regime CLT pelos órgãos de administração direta e indireta do Estado, venham a contribuir com o IPE. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de

congratulações pela passagem do 23.^o aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Ubatã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.^o aniversário do Distrito de Lerroville, Município de Londrina. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 50.^o aniversário de emancipação política do Município de Bandeirantes. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 37.^o aniversário de emancipação política do Município de Jaguapitã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 37.^o aniversário de emancipação política do Município de Ibiporã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Dr. Oswaldo Faria da Costa, que recebeu placa em homenagem ao pioneirismo na cirurgia pediátrica no Estado do Paraná. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a todos os Srs. Deputados Federais e Senadores da República, encarecendo a não aprovação do projeto governamental sobre agrotóxicos. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação de um órgão especial para atendimento das necessidades do litoral paranaense, nos moldes de uma coordenadoria para assuntos litorâneos. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação de ensino supletivo de Primeiro Grau na Escola Unidade Pólo do Município de Jandaia do Sul. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que, mediante remoção ou enquadramento funcional através de ordens de serviço, conceda o Indulto de Natal aos professores remanescentes do concurso de 79, convocados pela Secretaria da Educação em janeiro próximo passado.

A Mesa comunica ao Plenário que o requerimento do

Deputado Tadeu França não está claro, portanto, devolve Ao Autor para esclarecer o conteúdo do presente.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a destinação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de um ginásio de esportes no Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de móveis e utensílios para o reequipamento geral da Escola de Aplicação Professor Nuno de Souza e Silva, no Município de Peabiru. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do ITC, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um escritório deste Instituto, no Município de Goioerê. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a doação de material esportivo para a prática de futebol de campo na localidade de Silviolândia, no Município de Peabiru. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 23.^o aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Roncador. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação da rede telefônica no Distrito de Oliveira Castro, no Município de Guaíra. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção da ponte sobre o Rio Taturi, na antiga estrada que liga os Municípios de Guaíra e Mal. Cândido Rondon. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Administração e Superintendente do IPE, encarecendo a instalação de um Posto daquele Instituto nos Municípios de Fênix e Araruna. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, de voto de congratulações pela passagem do 50.^o aniversário de fundação do Município de Bandeirantes. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cor-

deiro, constante do expediente de sessão anterior, encarecendo seja designada a sessão do dia 28 de novembro próximo, para a outorga do Título de Cidadão Benemérito do Paraná a Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo seja concedida a dilação de prazo para pagamento do ICM referente às vendas de dezembro. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 16.º aniversário do Município de Pérola. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo seja atribuído ao laureado escrito paranaense, Ladislau Romanowski, pensão especial através da Administração Geral do Estado. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Câmara dos Deputados, encarecendo rápida tramitação do Projeto de Lei do Sr. Deputado Darci Passos, que acrescenta dispositivos ao Art. 589, da Consolidação das Leis do Trabalho, para destinar parcela de contribuição sindical às associações e Departamentos de Aposentados. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação de micropoço no Distrito Administrativo de Alto São João, no Município de Roncador. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de um congelador para o Colégio Estadual Dom Bosco - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DSTC, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo a implantação de uma linha de ônibus semi-urbana, entre os Municípios de Campo Mourão e Peabiru. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos para a construção de uma quadra poliesportiva na Vila Guaíra, Município de Goioerê. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de medicamentos para as Escolas Municipais

e Estaduais, dos Municípios de Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Mamborê, Mariluz, Moreira Salles, Nova Cantu, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador, Terra Boa e Ubatã. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo seja enviado apoio ao Sr. José Cerrano Rodrigues, para que o mesmo consiga instalar uma microindústria de cofres no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPASA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a instalação de um armazém frigorífico no Município de Maringá. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a instalação de um telefone na Inspeção Estadual de Ensino do Município de Lato. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do Banco do Brasil no Paraná, encarecendo a transformação do Posto de Serviço do mesmo no Município de Salto do Itararé, em agência. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo Sr. Tancredo Neves, sob o título "Retomar o Desenvolvimento". - **Aprovado.** (A matéria não foi publicada por estar ilegível).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da PARANATUR, por intermédio da Secretaria da Cultura e Esporte, encarecendo agilização de um plano de ação que vise proporcionar aos escolares do Paraná, a oportunidade de conhecer a nossa terra, através de atuação integrada entre as Secretarias da Cultura e Esporte, e da Educação. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretários da Segurança Pública e da Administração, encarecendo sejam destinados números correspondentes de cargos celetistas, para auxiliar os serviços das Delegacias de Polícia dos Distritos Judiciários que não sejam sede de comarcas, onde foram lotados os Assistentes de Segurança Pública. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a implantação de uma agência do BANESTADO no Município de Iguaçu. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de um telefone na agência de rendas do Município de Lobato. - **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo atendimento de reivindicação dos empresários do comércio do Norte e Noroeste paranaense. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a estadualização dos cursos de agrimensura e edificações no Colégio Parigot de Souza - Ensino de 2º Grau, no Município de Loanda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Saúde e Coordenador Regional da SUDEP, encarecendo a apuração, mediante fiscalização, da comercialização de peixe desenvolvida por diversos comerciantes no Município de Porto Rico. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airtom Cordeiro, com apoio do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, de sessão anterior e convocação do Senhor Chefe da Casa Civil para prestar esclarecimentos a respeito do texto do Projeto de Lei n.º 229/84 - Mensagem Governamental n.º 178/84, que objetiva criar na Governadoria do Poder Executivo os cargos isolados de provimento em comissão que especifica. **Em votação.**

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, as razões apresentadas pelo nobre Deputado Airtom Cordeiro quando propôs o presente requerimento, são demonstrativos de que, efetivamente, esta Casa apresenta certas dúvidas que deverão ser devidamente esclarecidas, somente com a presença do titular da Casa Civil.

Assim, Senhor Presidente, a Bancada do PDS, desejosa de ser esclarecida e no pensamento de que, também muitos Senhores Deputados da Bancada do PMDB apreciariam ter alguns pontos devidamente colocados pelo Chefe da Casa Civil, para que, assim, possam votar conscientemente, o Projeto de Lei que se encontra em tramitação nesta Casa e já em discussão pelo Plenário, a Bancada do PDS solicita, aos Senhores Deputados, e apela à Mesa, no sentido de que votem favoravelmente a esta democrática iniciativa! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em votação; **Rejeitado.**

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Questão de Ordem) - Apenas para que fique registrada a votação unânime dos integrantes da Bancada do PDS, favoravelmente, a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Deferido.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a estadualização da Escola Municipal Germana Afonso Moleiro, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo deferimento às conclusões aprovadas em reunião realizada com a presença do Senhor Presidente e Integrantes do Conselho Estadual de Entorpecentes e de um dos Diretores do Centro de Prevenção e Recuperação à toxicomania de Campinas, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 254/84.

2ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n.ºs 24/83, 106/84, 163/84, 172/84, 193/84, 197/84, 200/84, 204/84, 205/84, 206/84, 209/84, 218/84, 229/84 e 266/84.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 260/84.

Marca ainda, uma sessão extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Dos Projetos de Resolução n.ºs 132/84 a 142/84.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO FUAD NACLI EM SESSÃO DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PR.
NO SEU CINQUENTENÁRIO 1934/1984

CONVITE

Em nome dos Poderes Executivo e Legislativo, temos a honra de Convidar Vossa Excelência e digníssima família, para as comemorações relativas ao Cinquentenário de Bandeirantes conforme programação.

JOÃO DO CARMO SANTIAGO
Prefeito Municipal

ALÉCIO ZAMBONI NETTO
Presidente da Câmara Municipal

MARIA CALIL ZAMBON
Coordenadora de Assuntos Comunitários

PROGRAMAÇÃO

Dia 10/11

8:00 h. — Abertura da "Semana do Cinquentenário", Hasteamento das Bandeiras.
8:30 h. — Inauguração do acostamento da BR - 369 Entrada da cidade.
9:00 h. — Inauguração da Praça do Cinquentenário.
9:30 h. — Inauguração do Pelotão da Polícia Militar de Bandeirantes.

- 18:00 h. — Arriamento das Bandeiras.
 20:00 h. — Apresentação da Escola de Ginástica de Bandeirantes.
 22:00 h. — Show e Baile com "Preferido e Predileto".

Dia 11/11

- 08:00 h. — III Concurso Norte Paranaense de Canto Veterano (Minyo).
 10:00 h. — Piquenique das famílias: Corrida, dos pequeninos, jogos estudantis, barracas e bicicross.
 20:00 h. — Culto em Ação de Graças na Igreja Metodista.

Dia 12/11

- 08:00 h. — Início do Concurso para o Comércio (vitruínes e aspecto geral).
 14:30 h. — Inauguração do Poço Artesiano da FFALM.
 15:00 h. — Inauguração do Viveiro Comunitário.
 15:30 h. — Inauguração da Energia Elétrica da Rua Rio Branco.
 19:00 h. — Inauguração do Museu Municipal e mostra do Artesanato de Bandeirantes.
 20:00 h. — Sessão Solene de Homenagem aos Ex-Prefeitos, Ex-Vereadores e Pioneiros.

Dia 13/11

- 09:00 h. — Inauguração do Posto de Saúde Municipal.
 09:30 h. — Inauguração do Centro Social Urbano.
 20:00 — Festa das Nações.
 22:00 h. — Mini-Maratona - Jubileu de Ouro.

Dia 14/11

- 08:00 h. — Hasteamento das Bandeiras.
 09:00 h. — Desfile alegórico.
 12:00 h. — Festa das Nações.
 18:00 h. — Arriamento das Bandeiras.
 19:00 h. — Missa em Ação de Graças ao Cinquentenário.
 23:00 h. — Baile do Cinquentenário.

Dia 15/11

- 14:00 h. — Futebol Juvenil: União X Matsubara.
 15:30 h. — Apresentações: Fanfarras e Bandas.
 Demonstrações: de Ginástica, Tiro de Guerra e Escolas de 1.º e 2.º Grau.
 17:00 h. — Decerramento da placa em homenagem ao Comendador "Luiz Meneghel".
 17:10 h. — Futebol: Milionários (Ex-Campeões Mundiais) X Veteranos do União (Paquito, Tião Abatiá, Macalé, Geraldo, etc).
 18:30 h. — Show Pirotécnico.
 20:00 h. — Festa das Nações.

Dia 16/11

- 19:00 h. — Festa das Nações.

- 20:00 h. — Roda de Violeiros na Festa das Nações.
 21:00 h. — Basquete Feminino: Prudentina (Vice-Campeã Mundial) X Seleção Paranaense.

Dia 17/11

- 08:00 h. — Torneio de Beisebol Juvenil.
 10:00 h. — Filme: Os Trapalhões na Serra Pelada (grátis).
 14:00 h. — Filme: Os Trapalhões na Serra Pelada (grátis).
 19:00 h. — Festa das Nações.
 20:00 h. — "Noite de Gala" (Show dos Valores Artísticos da Comunidade).

Dia 18/11

- 08:00 h. — Torneio de Beisebol Juvenil.
 09:00 h. — Inauguração do Poço Artesiano do Distrito Nossa Senhora da Candelária.
 10:30 h. — Inauguração da Escola Rural Municipal José Mário Junqueira.
 12:00 h. — Festa das Nações - Almoço Típico.
 12:30 h. — II Competição de MOTOCROSS de Bandeirantes.
 19:00 h. — Missa de Encerramento.

Cinquentenário... Venha Comemorar Conosco!

A partir de 1920, começaram a aqui chegar os primeiros exploradores, os pioneiros, destacando-se entre eles o engenheiro Carlos Burromei.

Desde então, o crescimento foi constante, e, em 14 de novembro de 1934, foi criado o Município de Bandeirantes, através do Decreto Estadual nº 2.396.

Apesar do grande êxodo experimentado nos últimos anos pelas cidades de pequeno e médio porte, o Município conta hoje com aproximadamente 35.000 habitantes. Possui um comércio bastante ativo e diversas indústrias, destacando-se a Açúcar e Alcool Bandeirantes S/A. e Palmindaya, Indústria de Perfumaria e Plásticos Ltda. É berço da F.F.A.L.M. - Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", conceituada como uma das melhores de todo o país, e do glorioso União Bandeirantes F.C., tradicional equipe do futebol paranaense, que faz da garra e do amor à camisa o valores básicos para as grandes conquistas. É sede das TERMAS YARA, aprazível balneário de águas sulfurosas. É polo de uma vasta região, e o seu Parque Industrial começa a despertar, através dos incentivos oferecidos pela atual administração Municipal.

Formada principalmente pelos destemidos e respeitados imigrantes japoneses, italianos e portugueses e migrantes de outros estados, destacando-se Minas Gerais e São Paulo, a comunidade Bandeirantes, exemplo de harmonia e trabalho, convida você e sua família, para junto comemorarmos o cinquentenário de nosso querido Município.

Teremos o maior prazer em recebê-lo.

JOÃO DO CARMO SANTIAGO
 Prefeito Municipal.